



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO**

10

**“MAIS QUE UMA ESCOLA, VALORES PARA A VIDA”:
COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA
E A EDUCAÇÃO DE MULHERES (1957-1958)**

JULYANA JÉSSYKA GONÇALVES CASIMIRO LIMA

Orientador: Dr. Charliton José dos Santos Machado
Linha de Pesquisa: História da Educação

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

JULYANA JÉSSYKA GONÇALVES CASIMIRO LIMA

11

**“MAIS QUE UMA ESCOLA, VALORES PARA A VIDA”:
COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA
E A EDUCAÇÃO DE MULHERES (1957-1958)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE – UFPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador (a): Drº Charliton José dos Santos Machado.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732m Lima, Julyana Jéssyka Gonçalves Casimiro.
"Mais que uma escola, valores para a vida": Colégio
Nossa Senhora Auxiliadora e a educação de mulheres
(1957-1958) / Julyana Jéssyka Gonçalves Casimiro Lima.
- João Pessoa, 2022.
108 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação feminina. 2. Escolas católicas -
Paraíba. 3. Formação docente - Mulheres. 4. Magistério
feminino. I. Machado, Charliton José dos Santos. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 37-055.2(043)

JULYANA JÉSSYKA GONÇALVES CASIMIRO LIMA

12

**“MAIS QUE UMA ESCOLA, VALORES PARA A VIDA”:
COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA
E A EDUCAÇÃO DE MULHERES (1957-1958)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE – UFPB), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador (a): Drº Charliton José dos Santos Machado.

Linha de Pesquisa: História da Educação

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
PPGE/UFPB (Orientador)



Prof. Jean Carlo de Carvalho Costa
PPGE/UFPB – Titular Interno



Prof. Francisco Ari de Andrade
PPGEB/UFC – Titular Externo

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus amados filhos Heitor e Helena.

“Muitos são os planos no coração do homem, mas o que prevalece é o propósito do
Senhor”.

Provérbios 19:21

AGRADECIMENTOS

Assim como no fazer histórico, também nos agradecimentos é preciso realizar escolhas, afinal, uma única página é inevitavelmente pequena para render tributo a todos que contribuíram de alguma forma para a nossa trajetória de vida.

Agradeço primeiramente a Deus, por me possibilitar vencer todas as dificuldades encontradas neste percurso, por me ajudar a prosseguir, mesmo nos momentos em que me julguei incapaz. A Ele, toda honra e toda Glória.

Agradeço aos meus amados pais, Marcondes Formiga Casimiro e Maria do Socorro Gonçalves Casimiro, que sempre me incentivaram para que eu seguisse meus passos e conquistasse o que realmente desejava. Agradeço por todo investimento financeiro, intelectual e emocional.

Ao meu esposo, Everton, que esteve presente desde o início desta etapa, foi consolo para os momentos difíceis, apoio diante dos percalços, força quando parecia desanimar e paciência para suportar momentos de estresse.

Meu reconhecimento e admiração ao prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado, meu orientador, por todo tempo dedicado e pela paciência para me conduzir até este momento. Sua dedicação e sabedoria tornou viável esse trabalho, tenho muita satisfação em ter sido formada por suas mãos. Conquistastes favorecer o meu crescimento pessoal e profissional bastante acentuado.

À banca de qualificação, professores doutores Jean Carlo de Carvalho Costa e Francisco Ari de Andrade, pelas valiosas contribuições ao trabalho e pelas sugestões que ajudaram a compor a redação final desta dissertação.

Ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pela concessão de permissão para busca nos arquivos institucionais. Aos professores do PPGE, colegas e amigos da UFPB, que de alguma maneira contribuíram nessa etapa da minha formação, pela amizade e companheirismo no mestrado e na vida.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no conjunto de estudos acadêmicos sobre instituições educativas confessionais católicas e a formação feminina para o magistério no século XX. Perscrutamos analisar as condições de possibilidades para criação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Sousa - Paraíba, bem como a formação feminina para o magistério, nos anos de sua implementação e fundação (1957-1958), buscando compreender as relações entre sociedade, educação escolar e religião, e suas articulações com os modelos sociais, culturais e educacionais difundidos à época. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, lócus da pesquisa, foi implantado pelo Vigário João Cartaxo Rolim, que contou com a colaboração da elite sousense e a administração da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. O prédio doado pela família Mariz para fins educativos, localizado no centro da cidade, foi reformado, mobilhado e destinado para a formação primária, "ginasial", secundária e o pedagógico. Funcionando em regime de internato, externato e semi-internato, este teve em seu 1.º ano de funcionamento 218 alunas matriculadas. Este estudo sustenta-se numa abordagem qualitativa pautada na análise documental direta e indireta enquanto método investigativo, concentrada na área da História das Instituições Escolares, apoiada nos referenciais teórico-metodológicos emanados da História Cultural e da Sociologia enquanto eixo analítico. No Brasil República, diante dos processos de modernização e urbanização das cidades brasileiras, há uma intensificação considerável dos valores sociais, da importância da família, bem como o papel das mulheres, vistas como capazes de educar e preparar o "novo cidadão" da sociedade emergente, porém essa educação deveria ser mínima, voltada apenas para as primeiras letras e afazeres domésticos. Nessa perspectiva, com o alargamento do projeto expansionista do catolicismo, Igreja Católica e elite sousense, em regime de cooperação, viram num colégio de freiras, o melhor lugar para preparar as moças para o lar e a vida na sociedade em desenvolvimento. Com o lema "ciência, fé, cidadania", o CNSA incentivou a transformação da sociedade à luz dos valores cristãos, e assim foi construindo um marco imperecível na sociedade local.

Palavras-chave: Educação feminina, Igreja Católica, Sociedade.

ABSTRACT

This research is part of a series of academic studies on Catholic confessional educational institutions and the formation of women for the teaching profession in the 20th century. We sought to analyze the conditions of possibility for the creation of the Colégio Nossa Senhora Auxiliadora in the city of Sousa - Paraíba, as well as the formation of women for the teaching profession during the years of its implementation and foundation (1957-1958), seeking to understand the relationships among society, school education and religion, and their articulation with the social, cultural and educational models disseminated at that time. The Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, locus of the research, was established by Vicar João Cartaxo Rolim, who counted on the collaboration of the Sousa elite and the administration of the Congregation of the Daughters of Saint Teresa of Jesus. The building donated by the Mariz family for educational purposes, located in the city center, was remodeled, furnished and destined for primary, junior high, high school and pedagogical education. In its first year of operation, the school had 218 students enrolled in boarding, day boarding and semi-boarding schools. This study is based on a qualitative approach based on direct and indirect documental analysis as an investigative method, concentrated in the area of History of School Institutions, supported by theoretical and methodological references from Cultural History and Sociology as an analytical axis. In the Brazilian Republic, in face of the modernization and urbanization processes of the Brazilian cities, there was a considerable intensification of social values, of the importance of the family, as well as the role of women, seen as capable of educating and preparing the "new citizen" of the emerging society. In this perspective, with the enlargement of the expansionist project of Catholicism, the Catholic Church and the Sousa elite, in a cooperative regime, saw in a school of nuns the best place to prepare the girls for home and life in the developing society. With the motto "science, faith, citizenship", CNSA encouraged the transformation of society in the light of Christian values, and thus was building an imperishable milestone in local society.

Keywords: Women's Education, Catholic Church, Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização do município de Sousa no mapa do estado da Paraíba.....	27
Figura 02 – Santa Teresa de Jesus.....	62
Figura 03 – Localização da cidade do Crato no Estado do Ceará.....	63
Figura 04 – Dom Quintino de Oliveira.....	63
Figura 05 – Madre Ana Couto.....	64
Figura 06 – Colégio Santa Teresa de Jesus na década de 1950.....	65
Figura 07 – Atual fachada do Colégio Santa Teresa de Jesus.....	65
Figura 08 – Memorial Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.....	68
Figura 09 – Raízes da congregação, fundadores, benfeitores, professoras, alunas e gestoras do CNSA.....	69
Figura 10 – Raízes da Congregação: Santa Teresa de Jesus, Dom Quintino e Madre Ana Couto.....	69
Figura 11 – Raízes históricas da fundação do CNSA.....	70
Figura 12 – Certificados.....	71
Figura 13 – Carta aos alunos, 50 anos.....	72
Figura 14 – Apostila: Sousa: ver, sentir e amar.....	72
Figura 15 – Silva Mariz Finizola.....	73
Figura 16 – Escola São José.....	74
Figura 17 – Virgílio Pinto de Aragão.....	74
Figura 18 – Placa do prédio de cultura do CNSA.....	76
Figura 19 – Madre Teresa Machado.....	77
Figura 20 – “O Nascedouro de uma Escola”.....	78
Figura 21 – Fotos e relatos, presentes na agenda do aluno, do ano de 2008.....	80
Figura 22 – Abertura oficial do CNSA.....	81
Figura 23 – Desfile de alunas em comemoração �� inauguração do CNSA.....	81
Figura 24 – Eulina Rocha Cartaxo, primeira aluna a se matricular no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1958.....	83
Figura 25 – Primeira fachada do Colégio Nossa Senhora auxiliadora, de 1958 a 1980.....	84
Figura 26 – Atual fachada do CNSA.....	84
Figura 27 – Ala do Ensino Fundamental I e II.....	85

Figura 28 – Rol de entrada principal do colégio.....	85
Figura 29 – Ala da Educação Infantil.....	86
Figura 30 – Ala do Ensino Médio.....	86
Figura 31 – Brasão do CNSA.....	88
Figura 32 – Mural “vivenciando valores”	89
Figura 33 – Livros paradidáticos “valores para a vida”	93
Figura 34 – Livros voltados para a formação religiosa.....	94
Figura 35 – Livro “Vaticano, o concílio de João XXIII”	95
Figura 36 – Primeiro e atual fardamento do CNSA.....	101

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

AC – Acre

CDV – Centro Dom Vital

CIEC – Confederação Interamericana de Educação Católica

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Congresso Nacional Católico de Educação

CNSA – Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil

PB – Paraíba

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1 Questões norteadoras e objetivos.....	23
1.2 As trilhas da pesquisa.....	26
1.3 Recorte temporal.....	28
1.4 Caminhos teóricos – metodológicos e fontes para a escrita em História da Educação.....	30
2 BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS.....	34
2.1 Instituição escolar e sociedade: uma relação dialética e cultural.....	35
2.2 Cultura escolar: definições para uma melhor compreensão das instituições educativas.....	38
2.3 Estado e Igreja uma relação de aproximação e afastamento.....	42
3 NORMATIZANDO MENTES E CORPOS: INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS E A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO FEMININA.....	49
3.1 De Eva a Maria: A educação feminina no Brasil moderno.....	49
3.2 Magistério feminino: Missão de ensinar.....	54
4 A HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA NO SERTÃO SOUSENSE.....	60
4.1 Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus o sertão sousense.....	60
4.2 Fundação e instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.....	67
4.3 Configuração didática e pedagógica do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Integração/apropriação – práticas educativas e religião.....	90
4.4 Formando para a vida: o magistério no CNSA.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	112
FONTES.....	118

1. INTRODUÇÃO

A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais [...] é mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (MAGALHÃES, 2004, p.155).

22

Pesquisar uma instituição educativa exige o entendimento de que não há uma única forma de compreender a realidade, e muito menos um único motor de desenvolvimento da história. Os elementos configuradores de sua identidade se estabelecem na dinâmica entre o micro e o macro com a mesma intensidade, uma vez que ela não é isolada e sim fruto de laços e determinações externas a ela.

De acordo com Sanfelice (2007, p.78):

Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro.

Diante disto, considera-se que o historiador, ao se dedicar às histórias das instituições educativas, compreenda que as escolas se constituem em uma territorialidade espacial e, também, cultural. Assim, o seu olhar deve perpassar por todas as dimensões da vida escolar: políticas, pessoais e simbólicas. As práticas educativas não se encontram separadas desses elementos que se inter-relacionam, ou seja, dos elementos básicos constitutivos da instituição educativa, os quais são a materialidade – o instituído, a representação – a institucionalização e a apropriação – a instituição propriamente dita. (MAGALHÃES, 2004).

Portanto, para compreender toda e qualquer instituição escolar, o pesquisador dever ter um olhar amplo, que vai muito além do que acontece dentro da unidade escolar. Se faz necessário olhar para o seu entorno, analisando o tempo, o espaço, o meio social e cultural, além de outros aspectos nos quais a instituição está inserida.

Este estudo apresenta a análise da educação em sua dimensão histórica, realçando a história da instituição educativa confessional católica Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (CNSA) e a formação de mulheres, investigando aspectos de sua

cultura escolar e as inter-relações e representações de suas práticas educativas (pedagógicas, religiosas, cívicas, didáticas, entre outras) na tentativa de explicá-la e relacioná-la na realidade mais ampla, do sistema educativo e da comunidade local. Interligando-a a um contexto geográfico, cultural e administrativo – no caso o município de Sousa, na região do Alto sertão da Paraíba.

1.1 As trilhas da pesquisa

O nosso percurso na área de História da Educação iniciou-se no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, quando da inserção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – para a vigência 2015/2016, cujo título era “A materialidade da escola primária no Território do Acre nas décadas de 20 a 60”.

Nessa pesquisa, por meio da análise documental de fontes primárias, dedicamo-nos a investigar e analisar como a escola primária se institucionalizou e difundiu no território acreano; analisando sua materialidade expressa nas instalações e equipamentos, nos dispositivos pedagógicos, nos métodos e materiais de ensino.

Concomitantemente a essa atividade, descobrimos nas fontes analisadas a presença do Instituto Orfanológico Santa Terezinha, instituição confessional educativa católica, como de grande relevância e importância para a educação no território do Acre; principalmente na formação para o magistério.

E em 2016, após concluir a pesquisa do PIBIC, o instituto portanto, constituiu-se como objeto do nosso trabalho de conclusão de curso, privilegiando na investigação os registros da sua cultura escolar, e tinha por título: “Instituto Santa Terezinha: Memórias e Trajetórias de uma Instituição Escolar no Alto Juruá – Amazônia Acreana (1937 – 1970)”.

O mesmo foi fundado no ano de 1938, no município de Cruzeiro do Sul (AC), por freiras alemãs, que tinham o intuito de amparar a moças do Alto Juruá, dando-lhes não só uma educação elementar, mas também uma educação civilizatória, moralizante e principalmente cristã.

Esse estudo fez despertar o interesse em relação ao conhecimento histórico das instituições educativas escolares, voltado às práticas educativas nas escolas confessionais – suas memórias e histórias. A fim de continuar os estudos sobre as instituições escolares confessionais e sua educação/instrução de mulheres, em

especial no estado da Paraíba, foi que ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa História da Educação, em 2021.

Inicialmente, a pretensão desta pesquisa era analisar a materialidade escolar da instituição educativa católica confessional, Colégio Nossa Senhora das Neves, localizado em João Pessoa (PB). Uma vez, que essa foi uma das primeiras no ensino de mulheres na Paraíba e ia contra os princípios patriarcais da época.

No entanto, há estudos, muito completos sobre essa instituição, a exemplo da dissertação de ¹Tatiana Medeiros Santos, intitulada: “*Magistério em declínio: Histórias e memórias de ex-alunas do magistério do colégio Nossa Senhora das Neves (1970)*”, orientada pelo professor ²Dr. Charliton José dos Santos Machado.

Sendo assim, buscando algo que pudesse contribuir para as pesquisas em História da Educação e História das Instituições Escolares; a partir dos estudos realizados nas disciplinas do Mestrado do PPGE da UFPB, os horizontes foram sendo ampliados e após participar de um evento no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em comemoração aos 86 anos da Madre Aurélia³, representante da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus e responsável pela administração do colégio por décadas, foi que redefinimos o objeto de estudo desta pesquisa, a partir da história e memória do CNSA.

Nesse mesmo evento, nossos olhares se voltaram para os indícios de uma história que pedia para ser contada. Nos deparamos com placas distribuídas em todo o ambiente escolar, com frases de que a escola foi fundada a pedido da população, que movida pela “inspiração cristã” acreditava que a educação para mulheres,

¹Ver Dissertação completa no https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4882?locale=pt_BR

² Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Lotado no Departamento de Metodologia da Educação - DME no Centro de Educação/CE. Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/2009). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/2001). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/1997). Licenciado em Ciências Sociais (UFPB/1994). Professor com atuação permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Educação (PPGE) e Sociologia (PPGS), ambos da UFPB, atuando como orientador (Mestrado e Doutorado), principalmente nos seguintes temas: Educação, História, Cultura e Gênero.

³ Madre Aurélia Maria Gonçalves Greycy, nasceu em Aurora, estado do Ceará, no ano de 1934. Estudou no Colégio Santa Teresa no Crato – CE, e aos 17 anos de idade resolveu ser religiosa na Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Fez faculdade de Pedagogia em Fortaleza, e trabalhou como professora e diretora em diversas escolas mantidas pela congregação. Em 21 de abril de 1965, passou a dirigir o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da cidade de Sousa, onde reside até hoje, nos fundos do colégio. Foi Superiora Geral da Congregação e Co-fundadora da Universidade de Direito de Sousa, onde lecionou Sociologia.

orientada por religiosas, pudesse ser um elemento importante para o desenvolvimento local.

Chamou nos também a atenção o slogan: “cidadania, fé e ciência”; a lâmpada, o fogo e a pena estampados no brasão da escola. O que significariam? Os valores como: cidadania, bondade, amor, fé, entre outros estampados nas paredes da escola; a presença de imagens de Santa Teresa de Ávila, considerada padroeira dos professores; de altares e quadros religiosos, bíblias espalhadas por todo o ambiente escolar. Todo o ambiente escolar refletia os princípios católicos, pois como nos diz Chornobai (2005, p. 217):

Convicta de sua missão educadora, a Igreja Católica procurou ordenar os métodos, as teorias, as práticas, os espaços escolares. As construções escolares católicas deveriam demonstrar a presença de Deus. Fosse na capela, no desenho arquitetônico, na utilização da cruz como ornamento ou ainda nas imagens distribuídas por toda a escola, tudo deveria lembrar às alunas a presença de Deus.

Ainda nesse evento, os relatos de funcionários e de ex-alunas que hoje são professoras do colégio, fazendo referência a importância do colégio para a cidade de Sousa e seu relevante papel na formação de valores para a vida, foi o que nos despertou ainda mais o interesse de investigar e compreender essa instituição.

Num outro momento, em visita à biblioteca do colégio, nos deparamos com alguns livros paradidáticos que eram intitulados: “valores para vida”, que traziam temas como: obediência, bons modos, bondade, honestidade, paciência, justiça, entre outros. Também encontramos nas estantes, livros voltados para a formação religiosa e a cartilha intitulada “+ que uma escola, valores para a vida”, voltada para alunos e família, contendo regimento escolar, deveres e direitos dos alunos, sanções punitivas, entre outras informações.

[...] a cultura material escolar está entranhada na própria forma escolar de educação. A educação, por sua vez, pode ser percebida como uma construção social e os materiais se apresentam como vestígios dessa construção e da finalidade cultural da escola. (ALVARES, 2011, p. 11)

Mesmo diante de todas essas fontes, é importante aqui ressaltar que, um objeto pode em muito ajudar ao pesquisador a desvendar o cotidiano escolar da instituição educativa. Entretanto, nem todos podem ser considerados um tesouro, que foi

desenterrado é preciso estar atento, pois é a intencionalidade e uso do objeto que lhe faz adquirir um caráter histórico.

Diante disso, esta pesquisa, tem como propósito, ampliar o conhecimento sobre aspectos ainda não mapeados pelas pesquisas no campo da educação; estabelecendo ligações entre totalidade e singularidade; instituição e comunidade, entre religião e educação, formação/instrução de mulheres. Ficam, desse modo, justificados os motivos definidores da escolha do tema e objeto de pesquisa.

1.2 Questões norteadoras e objetivos

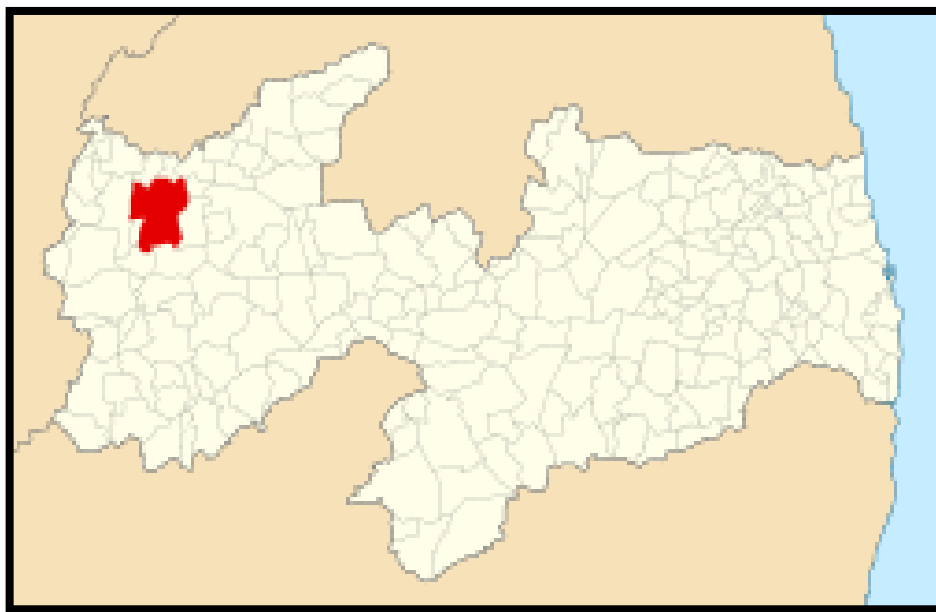
No intuito de historicizar a formação educacional de mulheres no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, nosso trabalho perquiriu algumas questões norteadoras para conduzir a investigação. O que implica buscar respostas aos seguintes questionamentos: por que a escola de religiosas, desde sua origem, foi escolhida pela “população” como instituição de formação educacional das mulheres sousenses? Quais os pontos de interface entre instituição e sociedade, educação e religião? E como uma escola confessional católica, inicialmente para mulheres, poderia contribuir nos processos de modernização e progresso da cidade?

Como objetivo principal propomos: realizar a (re)constituição das origens históricas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em suas diretrizes de formação educacional de mulheres, em Sousa ⁴– PB, nos anos de 1957 e 1958.

Nos objetivos específicos propomos: a) Identificar qual era o público que o CNSA se destinava atender em sua formação; b) Caracterizar os tipos de ensino que existiam no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; c) Mapear a composição pedagógica e curricular do colégio, e os aspectos de sua cultura escolar, para identificar quais princípios e valores se faziam presentes nos materiais de ordenamento educacional implementados no período recortado.

⁴ Sousa é um município brasileiro localizado no interior do estado da Paraíba, distante 432 quilômetros a oeste de João Pessoa, capital estadual. Fundado no ano de 1766, passando a ser vila em 1800 e elevada a cidade no dia 10 de julho de 1854, ficando conhecida como “Cidade Sorriso” ou “terra dos dinossauros”. Conforme estimativas do IBGE de 2021 é sexto município mais populoso do estado e o sétimo maior em território.

Figura 01: Localização do município de Sousa no mapa do estado da Paraíba.



Fonte: Marcos (2019)

Essas questões surgem do princípio de que as instituições escolares confessionais, em seu desenvolvimento histórico e sociocultural, vêm desenvolvendo práticas orientadas/fundamentadas no paradigma conservador, que apesar de alguns discursos e práticas de caráter inovador do conhecimento, continuam a assumir uma postura pedagógica de valorização do ensino humanístico e da cultura geral e de conservação de tendências voltadas para a missão de preparar espiritual, intelectual e moralmente o aluno para a religiosidade.

A Igreja Católica sempre teve a forte consciência de que na base institucional da educação poderia alcançar seu objetivo maior, o de salvar e cristianizar a sociedade (CHORNOBAI, 2005). As instituições educativas católicas, portanto, tiveram grande influência na formação cultural da sociedade brasileira. Normatizando condutas, imprimindo ideologias, crenças e valores.

Com base em princípios cristãos e num maior rigor disciplinar e pedagógico, dar uma formação integral, que inclui a formação moral, profissional, ética e cívica, associada a religião; uma educação fundamentalmente orientada para a vida, sempre foi a sua missão.

1.3 Recorte temporal

Para Cury, Moraes e Silva (2012, p. 690) o crescimento das unidades de ensino na Paraíba “[...] foram se configurando a partir das permanentes relações socioculturais que se apresentaram com as 'necessidades' de cada vila, povoação ou cidade”. Além disso, para os intelectuais e gestores da província a instrução era considerada o alimento intelectual e necessário para o aprimoramento e aperfeiçoamento das faculdades morais do homem.

A instrução moral e religiosa estava em primeiro plano no processo educativo desenvolvido na Província da Parahyba do Norte (MIRANDA, 2009). Desta forma seria destinada parte das aulas para as rezas e leituras das escrituras. A religião, portanto, ocupa um lugar determinante na vida do indivíduo e insere-se na cultura como aspecto importante na formação da identidade de um povo.

Para Benconstta (2005), com a secularização da escola, a perda da hegemonia da Igreja Católica sobre a educação, o Estado assume a missão de escolarização da população. Durante o século XX, esse discurso ganha ainda mais força. Entretanto, diante da demanda educacional, que o Estado sozinho não conseguiu suprir, os colégios confessionais continuaram a exercer forte influência na educação brasileira.

Com a crença no poder da escola como única instituição capaz de instruir e, simultaneamente, moralizar, civilizar e consolidar a ordem social se difundindo pelo país, viu-se a necessidade de a constituição dos sistemas públicos de ensino para formar o novo cidadão, tão necessário para atender a uma nova sociedade que se constituía.

Com o novo regime da República do Brasil, o início do século XX materializa, de maneira mais intensa, as modificações comportamentais e de adesão a novos hábitos, no intuito de alcançar a tão sonhada posição de país moderno. Junto com os processos de modernização e urbanização das cidades brasileiras, há uma intensificação considerável dos valores sociais, da importância da família e do casamento, bem como o papel das mulheres, vistas como capazes de gerar, disciplinar e controlar os indivíduos “para a pátria e plasmar o caráter de cidadãos do amanhã”. (MACHADO; NUNES; MENEZES, 2009, p.19).

E ainda, segundo Silva:

[...]séries de deveres são impostas à mulher, incumbindo a ela cumprir o papel que a sociedade do início do século XX tinha para lhe oferecer: a total renúncia de si para viver em completa submissão. Sendo assim, é fundamental lembrarmos o modelo de mulher-mãe, projetado para as mulheres da época, que era defendido pelas classes mais altas da sociedade e, com maior influência, pelo Estado, pelos médicos, igreja, por políticos e por muitos intelectuais que eram contra a emancipação feminina. (SILVA, 2016, p. 27).

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi construindo a sua história vinculada às bases socioculturais e religiosas da cidade de Sousa (PB). Para Almeida (2007, p. 47) “o sistema escolar de qualquer organização social fica limitado por sua cultura. Se esta é elevada, o sistema escolar a acompanha, e vice-versa, nesse intercâmbio cultural que a educação estabelece com o meio social”.

Diante disso, o recorte temporal da pesquisa está compreendido no cenário do século XX, mais precisamente entre os anos de 1957, implantação e 1958, data de fundação do colégio e década em que a cidade passava pelo processo de modernização (DÁRIO, 2012). Momento também em que já vinha se discutindo sobre a educação e feminização do magistério, a partir da ideia de modernização que estava sendo instaurada no país nos grandes centros urbanos:

É uma força invencível, uma avalanche que quando desponha nada o resiste tudo se lhe condiciona a vontade inquebrantável. Mais como tudo dentro da evolução, o progresso vem a seu tempo com características determinadas. Para Sousa soou à hora do progresso, Sousa evolui, Sousa cresce, Sousa cidade do futuro! Coração da Paraíba (LETRAS DO SERTÃO, O progresso, 1956, p.13 apud DÁRIO, 2012, p.67).

A década de 1950 irá, pois, marcar na cidade de Sousa como um momento de modernização. Tudo o que se empreendia fazia parte da política nacional, “a euforia progressista invadia a cidade de Sousa.” (Cf. DÁRIO, 2012, p.98).

Alguns melhoramentos concernentes ao progresso na cidade se tratavam da aquisição de ícones modernos para o meio urbano, como: a luz elétrica, o automóvel, o trem de ferro. Houve também melhorias estéticas da cidade como: o alargamento de avenidas, construções suntuosas e a pavimentação de ruas. Além disso, consequentemente as ideias de modernização que refletiam a época no país e na cidade respigavam na educação e no papel da escola como um dos instrumentos de alavanca da sociedade.

Posto isto, acompanhando as ideias de modernização e progresso difundidas pelo país, a educação feminina foi se efetivando no Brasil no século XX. Entretanto, apesar de conquistado o acesso à educação, o ensino para mulheres continuava nos mesmos cânones, o do doméstico; na preparação para ser o esteio do lar, a mãe e esposa dedicada, a imagem e semelhança da Virgem Maria. “[...] a princípio temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida no sentido de não oferecer riscos sociais.” (ALMEIDA, 2007, p. 86).

Busca-se, portanto, nesse estudo, investigar, conhecer e compreender o que constitui a identidade do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em suas origens de implantação e fundação (1957-1958), seus valores, crenças, formas de agir, sua estrutura. Bem como, o fruto das suas ações pedagógicas e das interações sociais, consequentemente, impactos, não só no campo educacional, mas político, econômico e social da época.

1.4 Caminhos teórico – metodológicos e fontes para a escrita da História da Educação

Para cumprir os objetivos da pesquisa, o presente estudo concentra-se na área da Educação e, de forma específica, da História das Instituições Escolares, apoiada nos referenciais teórico-metodológicos interdisciplinares emanados da História da Educação, da História Cultural e da Sociologia, no intuito de (re)constituir a formação educacional de mulheres no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Nessa direção, Barroso (2004, p. 01) aponta que:

Uma abordagem política e sociológica da escola não pode ignorar a sua dimensão cultural, quer numa perspectiva global, no quadro da relação que ela estabelece com a sociedade em geral quer numa dimensão mais específica em função das próprias formas culturais que ela produz e transmite.

Para resolver as questões aqui propostas, o presente estudo apoia-se nos referenciais teórico-metodológicos de Le Goff (2003), Burke (1992), tem-se também em Chartier (1990) a compreensão da Nova História Cultural e das inter-relações sujeito e objeto do conhecimento.

Em História das Instituições Educacionais nos apoiamos nos estudos de Magalhães (2004), Sanfelice (2007), Buffa (2002) e Gatti & Oliveira (2002) que corroboram no estudo sobre a educação e instituições educativas e como deve ser desenvolvida a investigação nessas áreas. Nos estudos de Barroso (2004), Vidal (2006) e Veiga (2000) sobre Cultura Escolar e Cultura Material Escolar.

Para a compreensão da educação no Brasil e no estado da Paraíba, nos baseamos nos estudos de Saviani (2005), Filho (2005), Cury e Ananias (2014), Aurení M. Silva (2016). Sobre a história da educação de mulheres e sua relação com os dogmas da Igreja Católica, nos baseamos nos estudos de Almeida (2007), Benconstta (2001), Almeida e Gomes (2007). Almeida, Guindani e Silva (2009) e Cellard (2008) contribuem na concepção de documento como fonte de pesquisa. Entre outros autores (as).

Nesta complexidade de investigar uma instituição educativa confessional e dar sentido e materialidade a sua identidade institucional, foi que se entreteceu nexos entre memórias e arquivos (MAGALHÃES, 2004). Portanto, pretende-se, ao (re)constituir o conhecimento histórico sobre essa instituição e sua formação educacional de mulheres, recorrendo a uma metodologia que integra a análise documental direta e indireta.

Nesse delineamento, optamos pela pesquisa qualitativa, uma vez que a mesma trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões, buscando aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos (LUDKE & ANDRÉ, 1986), ou seja, a pesquisa qualitativa busca a percepção do social:

As percepções do social, não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Seguindo as análises de Gatti & Oliveira (2002), construir interpretações sobre as instituições educativas envolve a revisão da perspectiva tradicional de história institucional, ampliando a problematização das instituições para a comunidade envolvente, buscando apreender elementos que possam conferir às instituições educativas um sentido histórico no contexto social de sua época.

Trata-se de buscar a ponte entre totalidade e singularidade; instituição e comunidade, na inter-relação entre teoria e prática, internalidade e exterioridade, buscando fazer uma correlação com as condições sociais nas quais essas emergiram e estão inseridas, a partir dos contextos históricos e geográficos por elas determinados. É na compreensão da complexidade que a íntegra aos diferentes fatores e contextos que a instituição deve ser interpretada, compreendida e explicada.

Considerando a análise dos documentos históricos como indícios de certa época, e assim considerados pela importância atribuída a eles em determinado tempo e espaço, utilizamos hoje, partindo do presente, uma noção ampliada de documento como fonte para a história da educação.

Conceituar o que seria documento não é uma tarefa fácil, como nos afirma Cellard (2008), é um desafio. Documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, ele pode ser escrito como não escrito, a exemplo de fotografias, vídeos, entre outros e sempre devem ser vistos como parciais, movidos por paixões e interesses. (PORPINO; MACHADO, 2022).

Para realizar uma pesquisa documental é necessário inicialmente localizar textos que sejam pertinentes. Na hora da análise, o pesquisador deve avaliar a credibilidade, o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado e a época em que o texto foi escrito. (GUINDANI; SILVA, 2009).

Para análise das práticas, da rotina da instituição e sua relação com a sociedade local, tem-se a investigação da cultura material - relatórios, livros de atas, de matrícula, atas de reuniões pedagógicas, impressos de planejamento, fotografias, cartas, jornais, decretos; como fala Camargo (2000), “coisas velhas”, entre outros vestígios que possibilitam a (re)constituição dessa história. Nesse sentido, o provimento material é fundamental para caracterizar o modo como foi se configurando a escola e se consolidando como instituição privilegiada para a transmissão do saber.

Para o levantamento das fontes, visitamos os seguintes arquivos: Museu Tozinho Gadelha, arquivo da Igreja Matriz, arquivo Histórico do CNSA, arquivo da Prefeitura Municipal e no arquivo da Câmara de Vereadores da cidade Sousa. Para análise dessas, utilizamos a técnica de leitura, descrição e contextualização.

Procuramos, com base nos contributos teóricos e metodológicos, (re)constituir/(re)escrever a história e a formação educacional de mulheres no CNSA

em suas origens. Para isso o estudo se divide em 4 (quatro) seções, sendo a primeira essa introdução.

A segunda seção, intitulada: *Breve panorama dos estudos sobre a História das Instituições Educativas*, faz-se uma abordagem sobre os estudos no âmbito da história das instituições educativas. Haja vista que historiar uma instituição educativa é estabelecer uma relação dialética entre ela e a sociedade, é não perder de vista sua especificidade, mas, em simultâneo, compreender sua totalidade. Uma vez, que ela é uma entidade orgânica, comunicativa e relacional, que se constrói dentro da sociedade, marcada por valores e práticas. Entendida a instituição educativa como uma organização, que envolve diferentes agentes, pode-se observar que ela faz e transmite cultura. Cultura esta, que se processa no cotidiano escolar, no fazer escolar, determinando o que ensinar e inculcar, o que transmitir. Cabe ao investigador procurar entender como os agentes se apropriam e representam essa cultura.

A terceira seção, *Normatizando mentes e corpos: instituições educativas confessionais católicas e a formação/educação feminina*, irá discutir a presença dessas instituições educativas como instrumentos de formação espiritual e intelectual do magistério feminino. Ao longo dos séculos, a Igreja católica com seus internatos e colégios foram imbatíveis, conseguindo impor suas regras de conduta na educação feminina, educando-as para ser o esteio moral da família, as preservadoras da tradição e perpetuação dos dogmas da igreja.

A quarta seção, *A História do Educandário Nossa Senhora Auxiliadora no sertão sousense*, apresenta a vinda da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, para a cidade de Sousa, na região do Alto Sertão da Paraíba. Considerando o percurso de implantação e fundação do Educandário Nossa Senhora Auxiliadora, nos aspectos de sua cultura escolar e sua relação com as bases socioculturais e religiosas da cidade. A “população” da cidade de Sousa acreditava que a educação orientada pelas religiosas pudesse ser um elemento importante para o desenvolvimento local, o que sensibilizou o Vigário João Cartaxo Rolim e o Bispo Dom Zacarias Rolim de Moura a solicitarem a vinda das religiosas da cidade do Crato – Ceará, que tinham tradição em servir através da educação, para administrar o colégio. Por fim, a última seção apresentará as considerações finais deste estudo.

2. BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

Nas últimas décadas, a História enquanto campo de conhecimento passou por uma renovação e se dividiu em várias modalidades ou subespecificidades, sendo que hoje se fala em muitos “tipos de história”, a exemplos: História Cultural, História das Mentalidades, História do Imaginário, Micro-História, História Serial, entre outros. Segundo Machado, essa citada renovação:

Possibilitou restituir aos indivíduos, em particular, e as comunidades, em geral, o sentido e as significações das histórias singulares construídas em torno de pessoas; restituiu, também, a tomada de consciência das diferenças que particularizam os grupos, as pequenas comunidades, os territórios, os marginais e os excluídos da história. (MACHADO, 2006, p. 17).

No entanto, Barroso (2004) nos chama a atenção para uma preocupação dessa fragmentação da história. Para ele, apesar das hiperespecializações do campo, não há como separar por inteiro as modalidades que compõem a História, e por mais que o historiador se detenha a escolha de uma, ele não deve perder de vista o conhecimento geral, pois “a história é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas”. (BARROSO, 2004, p.21):

[...] não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos. (BARROSO, 2004, p. 22)

Posto isto, considerando os possíveis perigos da fragmentação do campo da História, compreendemos que ela pode hoje ser dividida em dimensões relativas a determinados enfoques. Esses, segundo os historiadores, são selecionados na apreensão da vida e da organização de uma sociedade.

Neste estudo, sem perdemos de vista o conhecimento geral, teremos como foco a História das Instituições Educativas e a História Cultural⁵, abordando os pontos de interfaces entre instituição educativa, sociedade, religião e educação de mulheres.

2.1 Instituição educativa e sociedade: uma relação dialética e cultural

Segundo Barros (2005), a Nova História Cultural, permitiu uma ampliação da noção de cultura, e dessa polissêmica noção, todo e qualquer campo temático, que estivesse atravessado pela cultura, poderia ser estudado, a exemplo: dos sistemas educativos, questões de gênero, entre outros.

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos. Por fim, a “matéria-prima” cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as “visões de mundo”, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os “modos de vida” relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. (BARROS, 2005, p. 131).

Tomando a citação a cima de Barros (2005), podemos aqui mencionar Roger Chartier, um dos grandes colaboradores e referência teórica da História Cultural. Este fez muitas críticas as concepções monolíticas da cultura. Propondo que a cultura deve ser examinada a partir das interações entre os polos das “práticas” e das “representações”, ou seja, a partir dos modos de fazer e ver. Por meio desses polos podemos observar os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, bem como os processos e sistemas que envolvem a produção e difusão cultural na sociedade.

Para Chartier essas duas noções são sempre resultados de determinadas motivações e necessidades, ao mesmo que elas nos ajudam a compreender que uma instituição escolar é construída a partir da história dos homens, no processo pela qual eles produzem socialmente suas vidas.

5 *História Cultural* – campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século. Abriga no seu seio diferentes possibilidades de tratamento e âmbitos temáticos em torno da noção de cultura.

Trabalhar com História das Instituições Escolares, na qual esta pesquisa se debruça, se faz necessário entender que, estudar qualquer instituição educativa não é permanecer na presencialidade, no hoje da instituição, mas tentar descrever, compor narrativas de seus diferentes agentes, participantes e momentos de existência, realizando assim o desvelamento do passado. Pois, segundo Gatti Júnior (2007, p. 174) é “por meio da glorificação do passado, que se descreve a evolução educativa como uma marcha do progresso, com o objetivo de tirar do passado o máximo de lições para o presente”.

Antes de focarmos nas instituições escolares, vejamos o conceito do termo defendido por Saviani (2005, p.28), e adotado nesta pesquisa. Para este a base da palavra “guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem”. A partir disto, podemos entender que as instituições, seja elas quais forem, foram criadas, portanto, para satisfazer as necessidades humanas, como unidades de ação e por isso apresentam-se como “estrutural material”.

Todas as instituições, sejam elas educativas ou não, se constituem como um sistema de práticas, com seus agentes, com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais.

Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Elas se resolvem na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Isto, obviamente, não obstante o fator e conhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam, em última instância de ser, também elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico. (SAVIANI, 2005, p. 28).

Ainda sobre o termo instituição, Saviani (2005) a ponta que o processo de criação destas, coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma assistemática, informal, espontânea. O que também se aplica as instituições educativas. Uma vez que elas têm a prerrogativa de produzir

e reproduzir seus próprios agentes internos, ou seja, as instituições educativas não possuem o monopólio do trabalho pedagógico, na verdade, há uma imbricação de diferentes instituições não especificamente educativas, nas quais se destacam nitidamente a família, a Igreja e o Estado.

Com relação ao termo “escola”, o seu surgimento atrelado ao processo de institucionalização da educação é correlato do processo de surgimento das sociedades de classes, que por sua vez tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho:

[...] nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. É aí que se localiza a origem da escola. A palavra “escola”, como se sabe, deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a se organizar na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho. (SAVIANI, 2005, p. 31).

A escola, portanto, desde a antiguidade foi complexificando-se e alargando, e na contemporaneidade se configurou como a principal e dominante forma de educação, tornando-se parâmetro e referência para as demais formas de educação.

Diante disto, pesquisar uma determinada instituição educativa exige do pesquisador ou pesquisadora a compreensão de que ela é formada por múltiplas determinações, de variadas instâncias que agem e interagem entre si. Não devendo o pesquisador deter-se a uma visão fragmentária e superficial. Ele deve ir mais longe, atento a um contexto mais complexo, buscando resgatar tudo aquilo que possa ser carregado de sentido para o conhecimento e compreensão da instituição.

Ideada no global, convencionada no nacional, a educação acontece no local. O local educativo emerge e é representado por uma das seguintes modalidades: o município, a instituição, a biografia. A escala do local concilia as dimensões meso e micro. A instituição educativa transversaliza e congrega os tempos macro, meso, micro, mas em cada um deles constitui-se de modo próprio. (MAGALHÃES, 2018, p.46).

Como bem coloca Justino Magalhães (2018) na citação a cima, não podemos perder de vista a especificidade da instituição, mas, ao mesmo tempo, devemos compreender a sua totalidade, ou seja, uma instituição escolar mantém uma relação

dialética com o meio e o contexto social em que esta estar inserida, sofrendo interferências e mutações, na sua configuração, no seu ideário, no modelo pedagógico, no plano sociocultural e no plano temporal.

Portanto, para se produzir um conhecimento objetivo sobre uma instituição educativa ou escolar, faz-se necessário que o pesquisador não cometa o erro de achar que o trabalho de pesquisa se resume apenas a contar uma história, ou descrevê-la a minúcias, ou ainda, apenas registrar dados e recolher fotos. Segundo Gatti Júnior (2007, p. 176), “por princípio não se considera que o historiador produza a ‘História’, mas apenas uma possibilidade interpretativa que, rigorosamente, não se torna a única possibilidade”.

Magalhães (2007) ainda enfatiza:

Com efeito, ainda que a hermenêutica fundamental se centre na mediatização entre a(s) memória(s) e o(s) arquivo(s), os desafios de interpretação não se resolvem através da acumulação ou da justaposição de informação, mas antes pela interpelação do devir espaço-temporal e sociocultural, como principal produto da relação entre contextos, agentes, meios, atitudes, culturas, valores, interesses, motivações, racionalidades, expectativas, destinos de vida que caracterizam e substantivam o processo educacional. (MAGALHÃES, 2007, p.71).

Posto isto, entendido que pesquisar uma instituição educativa vai muito além do que aglomerar informações, o pesquisador deve superar a “ingenuidade teórica e metodológica” proposta por Noronha (2007), ampliando assim os seus conhecimentos sobre as dificuldades de análise, a multiplicidade de visões do que seja histórico e sobre a sociedade em que se estava inserida a instituição educativa. Esta última, a relação entre instituição educativa e sociedade é uma das vias fundamentais para a compreensão e explicação da existência de uma instituição educativa.

2.2 Cultura escolar: definições para uma melhor compreensão das instituições educativas

Uma instituição educativa faz e transmite cultura. Cultura esta, que se processa no cotidiano escolar, no fazer escolar, determinando o que ensinar e inculcar, o que transmitir. Como nos coloca Chartier (2002) em seus estudos, cabe ao investigador procurar entender como os sujeitos se apropriam e representam essa cultura.

É nesse sentido que a noção de apropriação em Chartier (2002) é central, uma vez que, o modo como os indivíduos se apropriam dos bens simbólicos, das representações e das práticas culturais vão influenciar diretamente suas ações, suas visões de mundo e a sociedade, na qual estão inseridos.

O modo como a prática cultural constrói sentido e é dotada de significado, depende muito do modo como ela é efetuada e de como ela é recebida. E é a partir das experiências dos indivíduos com essas práticas e representações culturais que os mesmos desenvolverão apreensões, entendimentos e usos dos mais variados, ao longo do tempo.

Como já enfatizado, pesquisar uma instituição educativa é muito mais que narrar ou descrever sua história, é refletir, questionar e descobrir o motivo de ali está registrado certos fatos e informações, buscando compreender seus reais valores e significados, adentrando assim, na sua cultura escolar. Diante disto, entendamos um pouco sobre o termo cultura escolar, que nos ajudará no decorrer deste estudo a compreender a apropriação e a representação de saberes e práticas nas instituições escolares.

O termo cultura escolar, passou a ser usado como categoria, no âmbito da história da educação na segunda metade dos anos de 1990 e ainda vem ganhando espaço nas pesquisas educacionais. No entanto, há algumas variações de uso do termo, não sendo utilizado com o mesmo significado. Ainda que a apropriação mais comum venha a se referir à forma como se dá a transmissão das práticas escolares que se mantêm ao longo do tempo numa certa instituição, o termo tornou-se excessivamente polissêmico.

Cardoso (2003) afirma que nos últimos 30 anos o termo cultura foi utilizado para situações que antes mereceriam o substantivo sociedade. Para ele, as noções de sociedade e cultura não são a mesma coisa, porém se complementam, uma vez que a cultura é produzida na vida social e, portanto, carece das relações que se estabelecem para estruturar a sociedade.

O estudo da cultura escolar foi tomado por muitos estudiosos, que mapearam as produções sobre a cultura escolar. E com apoio deles vamos estabelecer os contornos dessa possibilidade de estudo da escola. Entre eles podemos citar os trabalhos de Faria Filho (2004), citando Julia (2001), no qual apresenta:

A cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. [...] Por cultura escolar é conveniente compreender também, quando possível, as culturas infantis [...], que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. (JULIÁ, 2001, p. 10-11, apud, FARIA FILHO, et.al. 2004, p. 143).

Nessa direção, a cultura escolar se compõe de um conjunto de regras e de práticas, do que se devem ensinar e como se realizar esta ação. Dessa forma, a cultura escolar se monta no espaço de conteúdos a serem ensinados, que implica numa formação profissional, portanto, as normas devem sempre remeter às práticas, elementos, estes, que regem a escola.

Para Gonçalves e Faria Filho (2006), a definição de cultura escolar apresentada por Julia (2001) é a mais utilizada nos estudos da área no Brasil, embora antes Forquin e Chervel já viessem trabalhando com o conceito. Os trabalhos de Julia receberam grande influência de André Chervel tendo pensamentos muitos próximos, em relação ao conceito de cultura escolar, porém, divergiam quando Chervel se “interessava principalmente pela construção dos saberes escolares,” enquanto Julia enfatizava de modo particular as práticas escolares. (Cf. FARIA FILHO et.al. 2004, p. 146).

O conceito de cultura escolar faz também interseção com outras formas de se interpretar a escola. Viñao Frago (1995), ressalta que a cultura escolar “refere-se ao conjunto de aspectos institucionalizados ao cotidiano do fazer escolar, aos modos de pensar, aos objetos escolares, a materialidade física. Enfim, a cultura escolar é toda a vida escolar” (VIÑAO FRAGO, 1995, *apud* VEIGA, 2000, p. 4). Além disso, o autor enfatiza dois elementos que também são constitutivos da cultura escolar, a saber, o tempo e o espaço, os quais não são neutros, mas se materializam nas relações dos sujeitos escolares.

Outro aspecto importante de acordo com Viñao Frago (2001) é a possibilidade de que haja uma cultura escolar para todas as instituições educativas de modo geral, em determinado contexto. Porém, o autor defende não uma única cultura, mas, culturas escolares; posto que, por mais próximas que sejam as características dentre as instituições escolares, que produzem e transmitem culturas, nenhuma delas são

exatamente iguais. Portanto, a cultura escolar é constituída, também, a partir das peculiaridades de cada instituição. (VIÑAO FRAGO, 2001, *apud* FARIA FILHO, 2004, p. 146).

Ainda de acordo com Veiga (2000), toda a cultura carrega em si materialidade. No entanto, a cultura material é uma temática pouco elucidada por conta da imprecisão do termo. Para uma maior compreensão sobre a temática, a autora faz breves levantamentos de movimentos em relação a avanços neste campo de estudos, no decorrer dos anos. Destacando-se o materialismo histórico de Karl Marx, e os apontamentos por Durkheim, relativas às manifestações simbólicas e representações mentais das civilizações, dentre outros. Segundo a autora:

O estudo da cultura material escolar não pode ser entendida como simples reflexo das relações sociais. Por outro lado, os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, o preço, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares. Neste aspecto, é importante chamar a atenção para os suportes materiais que concretizaram a escola como lugar de transmissão do saber, mas também estarmos atentos para o fato de não tomar a estrutura material escolar como um palco onde se moveram os sujeitos da educação no passado. (VEIGA, 2000, p. 4).

Esta ainda considera, os materiais, móveis, utensílios e os espaços como “sítio histórico”, cuja consideração é imprescindível para que se possa fazer leituras interpretativas e relatos sobre a história institucional. A consideração do espaço físico ou base material da instituição é elemento indispensável na composição da história de instituições escolares.

À vista disto, o provimento material é um dos meios fundamentais para caracterizar o modo como foi se configurando a escola e se consolidando como instituição privilegiada para a transmissão do saber

Para Gatti e Oliveira (2002), entre os muitos dispositivos constituintes de uma instituição educativa, chamam à atenção: a estrutura espacial, expressa na arquitetura, em plantas, em normas de construção dos prédios, geralmente normatizadas por projetos estabelecidos pelo governo, impondo uma determinada cultura; o conjunto didático pedagógico, que é um revelador significativo da cultura de uma instituição e outro dispositivo não menos importante na transmissão da cultura escolar são as disciplinas escolares.

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (BUFFA, 2002, p. 27).

Assim, atentos aos aspectos apontados pelos autores mencionados, podemos compreender que uma instituição educativa é uma entidade orgânica, comunicativa e relacional, que se constrói dentro da sociedade, marcada por valores e práticas, envolvendo diferentes agentes, produzindo e transmitindo cultura. Cultura esta, que se processa no cotidiano escolar, no fazer escolar, determinando o que ensinar e inculcar, o que transmitir. Cabe ao investigador procurar entender como os agentes se apropriam e representam essa cultura.

2.3 Educação brasileira no período republicano: Estado e Igreja, uma relação de aproximação e afastamento

Estudar a história da educação brasileira é considerar que essa está desde sempre fortemente ligada a questões ideológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais. O indivíduo encontra-se definitivamente ligado à estrutura social, e a relação de ambos se dá por meio da reciprocidade, na qual cada um despenha o seu papel no jogo do movimento social.

Essa afirmação pode ser facilmente encontrada nos estudos de Durkheim (1967) com seu conceito de socialização, nos de Elias (1999) com seu conceito de configuração, e nos estudos de Bourdieu (1989) com as suas definições de campo e *habitus*. Segundo Chaves (2014, p. 99): “estes chamam a atenção para o fato de que os indivíduos não se acham livres, pairando acima da sociedade, mas se constituem a partir dela”.

Nessa perspectiva, privilegiar-se a análise de que as múltiplas ações dos indivíduos estabelecem uma relação com a sociedade, com a circulação e disseminação saberes, assim o permitindo confirmar ou rejeitar ideias.

Portanto, este item não pressupõe uma capitulação, tampouco implica o fim da problematização das questões aqui apresentadas, mas tem por intenção situar o leitor sobre os aspectos de embates e alianças estabelecidas entre Igreja Católica e Estado, principalmente na educação da sociedade brasileira e a presença da religião nas formas de ordenamento e ensino no período republicano.

Relembrando que, desde o Brasil Colônia, com a chegada de diferentes ordens religiosas, com destaque para a Companhia de Jesus⁶, a religião ocupa um lugar determinante na vida do indivíduo e insere-se na cultura como aspecto importante na formação da identidade do povo brasileiro.

Além disso, a educação no Brasil, desde sempre foi marcada por divisões sociais e questões de gênero. Uma vez que, a elite recebia uma educação formal, com vistas a alcançar a universidade e a população menos abastada recebia uma educação voltada para ler, escrever e contar, além da aprendizagem de ofícios para atuarem na sociedade de acordo com sua posição social. Não menos importante, a educação feminina era voltada apenas para a formação moral, religiosa e para os afazeres de casa. Com a chegada da República, a educação no Brasil não mudou muito.

No final do Império e início da Primeira República a educação que antes era extensão do lar, das paróquias, entre outros, torna-se progressivamente uma prática institucional escolar, isto é, realizada na instituição que historicamente se especializou na tarefa educativa, a saber, a escola.

Durante a República crescia e se difundia no Brasil o anseio pelo progresso e o tão sonhado *status* de país moderno, aumentando assim, diante das mudanças sociais, políticas e culturais, pelas quais o país passava, a crença no poder da escola como única instituição capaz de instruir e, ao mesmo tempo, moralizar, civilizar e consolidar a ordem social tão necessária para se atingir esse status. O que tornou a principal justificativa ideológica para a constituição dos sistemas públicos de ensino.

De acordo com Reis Filho (1981, p. 01), “nenhuma transformação social profunda se realiza sem a criação de uma estrutura de ensino para consolidá-la, por meio da formação adequada das novas gerações”. Desse modo, era preciso que os

6 Ordem religiosa fundada em 1534 por Íñigo López de Loyola e oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540. Essa chegou ao Brasil em 1549, com a missão de cristianizar os nativos.

estabelecimentos de ensino e a educação ofertada à população brasileira correspondesse as exigências da sociedade emergente.

A Igreja Católica, detentora de grande influência e poder na sociedade brasileira, foi se enfraquecendo e perdendo espaço na República. O Estado Republicano desobrigou-se da responsabilidade de tutelar a Igreja Católica e tratou de impor-se diretamente à sociedade, assumindo espaços anteriormente ocupados pela Igreja, entre eles a educação.

A inspiração positivista na organização do Estado, foi interpretada pela Igreja como um perigo à estabilidade religiosa e, portanto, era preciso que a mesma, por meio das mais diversas estratégias, restabelecesse a sua autoridade, nas mais diferentes esferas.

Obviamente, a Igreja Católica, representada por sua liderança episcopal e leiga, esforçara-se para salvaguardar sua posição de comando na sociedade brasileira (IRSCHLINGER, 2014). Era preciso recuperar e ampliar sua presença junto ao poder, participando efetivamente do restabelecimento da ordem social e na condução dos destinos da nação. A Igreja realizou ações estrategicamente planejadas por seu corpo clerical e elegeu interesses institucionais orientados pelo “processo de romanização de caráter ultramontano”, ou seja, “a intensificação e o aprofundamento dos laços institucionais, doutrinários e pastorais entre as Igrejas locais e a Cúria Romana”. (ROSA, 2011, p. 106).

O movimento de Reação Católica no Brasil representou, naquele contexto, uma verdadeira declaração de guerra a tudo e a todos que assumissem postura contrária aos preceitos do catolicismo.

Para recatolicizar o poder secular no Brasil, de forma impetuosa e sistemática, a Igreja investiu forças na ocupação de espaços políticos, educacionais, culturais e simbólicos da realidade nacional, formando um núcleo católico eclesiástico e leigo que atuou estrategicamente em diferentes frentes para a reação imediata.

No viés educacional, as estratégias em torno da política educacional que constituiria a formação da nação brasileira foram marcadas por engajamentos entre as bancadas pedagógicas do Movimento Escolanovista⁷, que defendiam políticas de remodelação da escola e da reforma estrutural dos sistemas escolares, e da bancada

⁷Dentre os debates e discussões para uma reestruturação do sistema educacional, este foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), defendendo a universalização da escola pública, laica e gratuita; além de defender um espaço próprio e adequado para o ensino e a formação do magistério.

da escola tradicional, com os católicos em prol do campo teórico e doutrinário da pedagogia católica, o que resultou alguns conflitos ideológicos educacionais:

Após constatar tais manobras dos intelectuais escolanovistas na IV CNE, em resposta a tal posição, os intelectuais católicos retiraram-se da ABE e posicionam-se de forma estratégica na fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (1933) e do I Congresso Nacional Católico de Educação (1934). A mobilização dos líderes católicos no campo político educacional permite, assim, reposicionar a pedagogia católica nas instituições tradicionais, bem como fortalecer os laços entre os professores católicos das escolas, dos institutos e das faculdades católicas no período, em consonância com as equipes sociais na fundação da Confederação da Imprensa Católica e da Associação de Livrarias Católicas, impulsionando os impressos católicos na formação cultural da nação. (CARMINATI; SILVA, p. 209, 2019).

Para Carminati e Silva (2019), a Reação Católica⁸ no campo político educacional objetivou formar alianças com o governo em prol da constituição da nacionalidade brasileira e para isso buscou mobilizar o engajamento de intelectuais eclesiásticos e leigos na defesa da cultura católica.

A Reação Católica projeta sua restauração pelo viés educacional, com um perfil no quadro institucional eclesiástico de traços definidos, ao mobilizar uma legião de intelectuais em torno da revista A Ordem e do CDV, com objetivo de possibilitar a construção de um pensamento católico no Brasil. (CARMINATI; SILVA, 2019, p. 206).

O engajamento dos intelectuais católicos se deu em torno do Centro Dom Vital (CDV), principal reduto católico, no qual os estudos e as produções editoriais desses iam sendo vinculadas na principal revista católica do período, “A Ordem”.

A revista “A Ordem”, portanto, ganha importância, como órgão de difusão das propostas de reordenação do País nos moldes cristãos, agregando intelectuais que se consideram o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e imprimir novos rumos ao Brasil:

Nesse sentido, o ‘Centro Dom Vital’ e a ‘Revista A Ordem’ atuaram na mobilização da intelectualidade católica com ações direcionadas ao desafio de defender e propagar o ideário católico e de pensar a reação. O nome ‘Dom Vital’ foi inspirado no bispo de Pernambuco, que defendeu os direitos da Igreja contra os interesses do regalismo imperial e enfrentou o poder da

⁸ “Restauração Católica” ou “Recristianização do Brasil”, foi um movimento de Reação da Igreja Católica aos ideais liberais, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, que tinha por base teológica o pensamento de Santo Tomás de Aquino. Essa reação atuou na proposição de diretrizes ultraconservadoras para a vida social a partir de ações religiosas.

maçonaria local. Num contexto ameaçado por movimentos anárquicos, caberia à Igreja assumir sua 'condição legítima' de instituição social corresponsável pela ordem. Assim, os nomes escolhidos para o centro e para a revista foram estrategicamente convenientes, pois representavam a reação da Igreja como apologia à fé e contra os seus principais 'inimigos': o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o comunismo. O caráter combativo do 'Centro Dom Vital' foi notadamente difundido, pois seus membros eram chamados pelo título de 'soldados'. (COELHO; ROMERA, 2016, p. 121).

A Igreja Católica, portanto, se reorganizou internamente, formulando suas diretrizes em Concílios, abrindo escolas paroquiais e defendendo a presença do ensino religioso nas escolas, como forma de doutrinação. Além do mais, realizou um conjunto expressivo de outras atividades em diversos fronts e lugares como: criação de revistas e jornais católicos, criação de novas confederações católicas, dioceses. Também reaproximou-se com instituições marcadamente moralizadoras e conservadoras como o exército e introduziu símbolos católicos em instituições sociais. (Cf. COELHO; ROMERA, 2016, p. 125).

No intuito de formar um núcleo de intelectuais eclesiásticos e de leigos para a organização de uma elite do pensamento católico, esta aproveitou a permissividade estatal, e realizou as mais diversas estratégias para permanecer no cenário educacional brasileiro.

Para além das constantes crises entre Igreja e Estado, que repercutiram na educação, opondo laicos e católicos nas Conferências Brasileiras de Educação, no Conselho Federal de Educação ou no Congresso Nacional; Igreja e Estado também atuavam em regime de cooperação:

Estado e Igreja, na prática, trabalhavam em um sistema de cooperação recíproca, qual seja: a igreja recebia ajuda financeira do estado para manter suas escolas, orfanatos, hospitais, entre outros estabelecimentos e em troca, através de seu alcance em massa, colaborava com o governo em nome da "justiça social", manifestando-se explicitamente em favor do governo e de suas ideologias o que exercia e exerce notório poder de influência sobre os fiéis. (NEVES, V. A.; SILVA, V. M, 2019, p. 360).

Mesmo com a perda da hegemonia, a Igreja Católica não rejeitou de todo a nova ordem liberal imposta pelo Estado. E isso foi de estratégia para não perder a sua capacidade de influenciar a elite, uma vez que a Igreja buscava a aceitação da nova classe dominante, e estava sempre disposta a manter relações cordiais com o Estado e com a elite. Assim prevalecia a visão de uma sociedade hierarquizada.

Posto isso, a presença católica jamais recuou ou se fez menos perceptível na sociedade, na cultura e na educação brasileira no período republicano. Para os católicos a ausência da Igreja na vida nacional era a razão de tantos conflitos e atos revolucionários, era preciso, portanto, unir pátria e religião católica.

Se durante a República Velha a Igreja Católica ficou relegada, em contrapartida, com ascensão de Getúlio Vargas ao poder, nos anos de 1930 a meados dos anos 1960, esta se reconcilia com o Estado e a elite brasileira:

Para Beozzo (1986) e Romano (1979), o que favoreceu essa reconciliação foi a demonstração da influência de sua autoridade nas mobilizações populares. Segundo esses autores, quando a Igreja foi colocada à margem do centro de decisões políticas pelo Estado, utilizou-se do povo para exercer uma pressão sobre este último, para conseguir certos privilégios. Outro autor, Mainwaring (1989), acrescenta um elemento a mais na análise: a concepção de missão da Igreja, que objetivava reforçar a hierarquia eclesiástica para torná-la capaz de impregnar a sociedade do espírito cristão, com o apoio do Estado. Já Lenharo (1986) observa que esse reatamento foi possibilitado com a arregimentação de vários políticos comprometidos com reivindicações católicas, principalmente no campo educacional. A formação de uma nova aliança entre Igreja Católica e Estado, desta, feita era desejável para ambos. (OLIVEIRA, 2015, p 4-5).

Para Neves e Silva (2019, p.367), durante o regime do Estado Novo, a igreja permaneceu “atuando como um aparelho ideológico, [...] disseminou os princípios e valores estadonovistas aos fiéis e alunos em todo o território nacional.” E em 1942, com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, o ensino religioso recebe um impulso para adentrar mais fortemente, também, nas escolas secundárias públicas:

O estado da Paraíba acompanhou o caminho apontado pela conjuntura nacional. Prova disso mostra-se ao identificarmos que, das dezesseis (16) instituições encontradas no Jornal A União (1937-1945) e em Mello (1996), onze (11) eram confessionais, representando, aproximadamente, 69% de estabelecimentos educacionais que ministravam o ensino secundário no estado, o que retrata a força e influência da igreja na sociedade paraibana. (NEVES, V. A.; SILVA, V. M, 2019, p. 367).

Sendo assim, a Igreja Católica voltou a ser vista como o sustentáculo das instituições e como principal aliada do Estado, no combate a anarquia e no estabelecimento da ordem. De acordo com Romano (1979), citado por Oliveira (2015, p.5) “Estado Novo e a Igreja uniram-se por compartilharem a ideia de um Estado

autoritário para reger a sociedade e as relações de trabalho, bem como negar a existência da luta de classes [...]”.

Andando lado a lado a fim de garantir sua manutenção no poder na sociedade, Estado e Igreja Católica estiveram sempre visando uma possível união política. A Igreja dava amparo político, solicitando aos fiéis que apoiassem o então governo, enquanto o Estado, dava fortes indícios que não a abandonaria.

Diante do novo regime de governo no Brasil, a Igreja procurou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral através da religião. Se empenhando pela conquista do ensino religioso no espaço escolar. Afinal, a educação, vista pelos liberais como a “alavanca do progresso”, era também vista pela Igreja como principal alvo para a sua restauração.

3. NORMATIZANDO MENTES E CORPOS: INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS E A FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO FEMININA

3.1 De Eva a Maria: a educação feminina no Brasil moderno

Santo Ireneu, bispo de Lião, séculos II e III, afirmou a diferença entre as duas mulheres em relação ao Senhor e à sua Palavra. Enquanto Maria, a Virgem obediente, disse que ela era a serva do Senhor, faça-se nela segunda a sua palavra (cfr. Lc 1,38), em contraste, Eva desobedeceu quando ainda era virgem. Se Eva pela sua desobediência se tornou para si e para todo o gênero humano, causa de morte, Maria, pela sua obediência se tornou para si e para todo o gênero humano, causa da salvação. (Cfr. Ireneu de Lião, III, 22,4. Paulus, SP, 1995, p. 351-352.).

Do ponto de vista socioantropológico, o imaginário da mulher foi desenvolvido sobre o colonialismo da sociedade portuguesa, fortemente ligado aos valores católicos. O padrão de mulher era o de um ser frágil, dócil, submissa, uma boa dona de casa e mãe e esse estereótipo de mulher foi sem muita alteração até a Primeira República.

Por ocuparem apenas o espaço do lar, se dedicando aos afazeres domésticos, ao casamento e aos filhos, a educação feminina foi por muito tempo incipiente na sociedade brasileira. Durante anos, esse foi um fato ignorado que resultou na exclusão da mulher na educação e a formação feminina ficou prejudicada, pois, as meninas das classes mais pobres cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, e acompanhavam as famílias no trabalho, enquanto as das classes mais favorecidas viviam em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento.

Nas primeiras décadas da República, pouca coisa mudou quanto à educação da mulher e certas características foram perpetuadas, como seu baixo nível da educação, defendidos em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família.

Entretanto, no decorrer da Primeira República, ganha mais força o discurso de que a mulher seria a grande responsável em desenvolver a mais nobre tarefa de sua existência: formar o novo cidadão. Esta visão, vinha da crescente necessidade de

ordenação do país, marcado pelo desencadeamento de uma nova estrutura de sociedade e governo:

Pensar na consolidação da República consistia, também, pensar no desenvolvimento da sua gente e de suas cidades. Conforme salienta Maria Ângela Borges Salvadori (1996), para pensar a formação da cidade moderna, conseqüentemente, faz-se necessário compreender que as transformações não se restringem ao espaço físico. Sob diferentes influências nos costumes urbanos, europeia e norte-americana, por exemplo, o modo de pensar e de se comportar também sofria mudanças e alterações. (ALMEIDA, 2018, p. 141).

Diante das transformações advindas da modernidade, da intensificação do debate em torno do imaginário e papel da mulher na sociedade brasileira, novas exigências sociais são necessárias às mulheres, a exemplo de saber ler, escrever, conversar.

Era preciso, portanto, que elas tivessem o mínimo de conhecimento, mas no sentido de polimento cultural, já que elas seriam as responsáveis por formar o novo cidadão, tão necessário para o progresso. Para melhor exercer essa missão, a mulher deveria ser instruída, unindo afazeres domésticos e criação de filhos:

A urbanização, que atraiu as mulheres para fora das fronteiras do mundo privado, também exigiria delas os comportamentos morais que a sociedade burguesa esperava que desempenhassem, como o cuidado com a família, a educação dos filhos, o apoio ao marido, enfim que acatassem o papel do anjo tutelar tão privilegiado nos romances da época. (ALMEIDA, 2007, p. 108).

Junto com os processos de modernização e urbanização das cidades brasileiras, há também uma intensificação considerável dos valores sociais, da importância da família e do casamento. Assim, as mulheres passaram a ser vistas como as únicas capazes de gerar, disciplinar e controlar os indivíduos. Se “[...] a princípio temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida no sentido de não oferecer riscos sociais”. (ALMEIDA, 2007, p. 86). Ainda segundo a autora:

Em princípio, caber-lhe-ia regenerar a sociedade e, para isso, precisava ser instruída. Mas instruída de uma forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si mesma, mas era direcionada ao bem-estar masculino. A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e, por meio desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo. (ALMEIDA, 2007, p. 110).

Faz-se importante compreender com relação aos anseios para a educação feminina que, a ampliação do discurso acerca da necessidade de escolarização da mulher foi adotada tanto pelos políticos liberais quanto pela Igreja Católica. No entanto, com uma diferença, para os liberais tratava de uma questão de caráter natural, a preparação da boa esposa e mãe para o “novo cidadão”, enquanto para a Igreja, o caráter era sagrado.

A submissão pela doutrinação religiosa era representada principalmente pela igreja que instalou o mito da mulher-mãe-redentora, isenta de qualquer pecado, porque a ela caberia a reprodução da raça, derivando-se desse fato biológico uma ideia de superioridade moral, que, no entanto, não seria suficiente para proporcionar maiores direitos ao sexo feminino. (ALMEIDA, 2007, p. 109).

Oliveira (2015), cita que toda essa preocupação entorno da educação feminina está ligada a “Teoria dos Ciclos Concêntricos” de Manoel (1996) que se resume em formar uma mãe cristã para filhos cristãos; filhos cristãos para famílias cristãs; famílias cristãs para uma sociedade cristã.

Posto isso, ainda que tenha ocorrido de forma oficial uma separação entre Estado e Igreja no Brasil, isso não significou a saída de cena desta última nos primeiros vinte anos de República. As mudanças sociais e ações da Igreja, no mundo e no país, permitiram a sua reestruturação, alçando-a à cena pública ao lado das autoridades estatais. (LEONARDI, 2016).

Uma das estratégias da Igreja Católica, no intuito de recristianizar a sociedade, se deu mediante a recuperação do controle do sistema educacional, o que também era de interesse da elite conservadora brasileira. E é nesse bojo que entram as preocupações acerca da educação feminina, uma vez que “a educação, vista pelos liberais, foi considerada a alavanca do progresso, não seria diferente para a Igreja olhá-la como principal alvo para a sua restauração”. (Cf. GOMES; ALMEIDA, 2014, p. 158):

As escolas católicas tornaram-se estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle da Igreja Católica na sociedade, constituindo, juntamente com outras instituições religiosas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral “canais privilegiados, através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas”. (INÁCIO FILHO; ROSSI, 2009, p. 557, apud ROSADO NUNES, 1986, p. 199).

Sendo assim, apesar de há muito já se discutir sobre a “secularização da escola, o fim do monopólio eclesiástico e a atribuição da missão de escolarização do Estado” (BENCOSTTA, 2005, p. 96), para suprir a demanda educacional, muitos colégios confessionais católicos exerceram um papel importantíssimo na difusão do ensino primário. Além disso, a maioria das escolas secundárias do país pertenciam a grupos religiosos.

Portanto, o início da educação formal das mulheres no Brasil, no final do século XIX, foi uma atribuição legada às escolas confessionais, em especial as católicas, uma vez que estas existiam em maior quantidade e atendiam o maior número de educandas.

As instituições educativas confessionais católicas tinham por objetivo, preparar as jovens moças para se tornarem adequadas e eficientes mães e esposas, que contribuíssem para à formação do “novo cidadão”, articulado com novos princípios patrióticos, morais, científicos e religiosos, princípios estes necessários para o desenvolvimento da nação. (SILVA, 2018).

Além disto, as ideias do positivismo⁹ e do higienismo¹⁰, correntes que haviam tomado corpo no país, enfatizavam que as mulheres eram seres dotados de pureza, doçura; responsáveis pela “preservação da família e da moral cristã”, “sustentáculo da pátria”, além de serem responsáveis pela educação das crianças. (ALMEIDA, 2007, p. 70-71, 73).

Segundo Chornobai (2005) as instituições educativas confessionais não se distanciavam da ideia de modernidade e progresso que estavam sendo difundidas no país durante a República. Entretanto, o modo de organização dessas instituições tinha características próprias, por serem escolas geralmente católicas e destinadas à educação de meninas.

O desenvolvimento de escolas católicas femininas possibilitou vislumbrar uma educação escolar para as mulheres. A educação feminina nas escolas confessionais ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo).” (GOMES e ALMEIDA, 2014, p.158).

⁹ Corrente filosófica que surgiu na França no início do século XIX. Defende a ideia de que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro.

¹⁰ Higienismo é uma doutrina que nasceu na primeira metade do século XIX, quando os governantes começaram a dar maior atenção à saúde e à moral dos habitantes das cidades. Considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana.

Com a laicidade do ensino, a coeducação e o papel, que era designado a mulher na sociedade brasileira no período republicano, a elite conservadora temia e optava na grande maioria das vezes pelas instituições religiosas, em especial as católicas, como as melhores para instruir suas filhas.

Essas instituições educativas ofertavam um modelo de educação diferenciado para os sexos e visavam preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, procurando guardá-la dos desvios que pudessem macular a imagem da mulher perfeita. Dessa forma, além do ensino propriamente dito, essas instituições ensinavam as alunas a “serem católicas,” transmitindo valores, princípios e normas que indicavam o rigor da ordem e da disciplina:

A Igreja Católica, mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permanecia dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, a Igreja prevalecia com o maior número de escolas femininas [...] diante dessa responsabilidade, a escola enfrentava o desafio de fazer desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher, oferecendo às alunas um aparato de conhecimentos que a sociedade patriarcal considerava pertinente e apropriado para as meninas e moças das classes sociais economicamente mais abastadas. (GOMES e ALMEIDA, 2014, p. 172).

Essa postura favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas públicas no país, restando ao Estado apenas subsidiar a escolha dos pais, se estes iriam escolher educar suas filhas em colégios públicos ou privados, leigos ou confessionais. (Cf. LEONARDI, 2016).

As famílias mais privilegiadas buscavam meios apropriados de livrar suas filhas dos perigos da sociedade emergente e uma das formas mais viáveis era colocá-las nos colégios religiosos, especialmente naquelas em regime de internato, pois assim as moças, principalmente durante os primeiros anos da juventude, seriam resguardadas das más influências e livres dos pensamentos negativos presentes nesse mundo externo. Como “flores mimosas do jardim da Igreja e que se cansam facilmente, precisam de carinho e desvelos de sua mãe (ou das substitutas destas) para que não caiam nos laços do mundo e sejam infelizes”. (ARRUDA, 2011, p. 15).

Nesse sentido, as alunas das instituições educativas confessionais recebiam ensinamentos de boas maneiras e boas virtudes, para que soubessem se comportar aonde quer que estivessem presentes. Seja em casa ou nos espaços sociais, elas deveriam seguir o paradigma de Maria, demonstrar pureza virginal:

A educação católica feminina tinha como estratégia a divisão do ensino em dois segmentos: o instrumental e o educacional. O instrumental introduzia a educanda no mundo do conhecimento e da descoberta do saber, intimamente relacionado ao lado humano. O educacional tinha por tarefa moldar o caráter da aluna conforme os preceitos e valores morais católicos, levando-a a absorver esses preceitos através da prática da virtude, da leitura das sagradas escrituras e dos exemplos positivos da vida dos heróis da história. Essa prática tinha por objetivo formar crianças cultas, sociáveis, respeitosas, mas principalmente, católicas convictas, que transmitissem à família e à sociedade os valores propugnados pelo catolicismo conservado. (GOMES; ALMEIDA, 2014, p. 163).

No contexto republicando, a Igreja Católica exerceu forte influência e contribuiu significativamente nos ensinos primário, secundário e no processo de formação do magistério feminino no Brasil.

Com relação às Escolas Normais públicas no período republicano, elas eram quantitativamente poucas, o que abriu as portas para outras instituições privadas e confessionais funcionarem, com autorização do governo. As escolas normais católicas em especial foram imbatíveis em sua contribuição para a formação de magistério feminino brasileiro.

O magistério, passou a ser ocupado quase que essencialmente pela figura feminina, desenvolvendo-se como espaço de profissionalização da mulher. Assim, a jovens moças, viam no magistério uma forma de acenderem socialmente e um modo de conciliar seus afazeres domésticos e o ser mãe e esposa. Mesmo assim, “os espaços ligados a produção do conhecimento permaneciam dominados pelo sexo masculino”. (PORPINO; MACHADO, 2022, p. 13).

Portanto, acompanhando as ideias de modernização e progresso difundidas pelo país, a participação das mulheres nas escolas foi se efetivando. Entretanto, o ensino para mulheres continuava nos mesmos cânones, o do doméstico; na preparação para ser o esteio do lar, a mãe e esposa dedicada, a imagem e semelhança da Virgem Maria.

3.2 Magistério feminino: Missão de ensinar

O processo de institucionalização da profissão docente no Brasil, segundo Vilella (2000, p.101) teve início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com a

criação das primeiras escolas normais nas províncias. A primeira escola a iniciar as suas atividades foi a Escola Normal de Niterói na Província do Rio de Janeiro.

Consideradas, como local de difusão de conhecimentos normatizados, as escolas normais possuíam características e saberes próprios. Sendo responsáveis por formar o novo professor, dotado de conhecimento, diferente do velho mestre-escola:

Conforme o modelo teórico de análise da história da profissão docente adotado (Nóvoa, 1991; 1999), há duas dimensões que delimitam o magistério como um campo específico de atuação profissional: a configuração de um corpo de saberes e técnicas e de um conjunto de normas e valores. A primeira dimensão é relativa aos processos de organização dos saberes necessários ao exercício da função docente e, à medida que esse processo se complexifica, o ofício docente deixa de ser uma atividade secundária e torna-se a ocupação principal de um grupo especializado nos conteúdos de ensino, concepções pedagógicas e didáticas que caracterizam o ofício. (DIAS, 2013, p. 114).

Inicialmente as Escolas Normais eram frequentadas pelo gênero masculino, que e com a expansão do ensino primário e com a inserção das meninas na educação escolar na República, tornou-se necessária a presença de professoras, já que as turmas de meninas só poderiam ser regidas por mulheres.

De acordo com Silva; Rodrigues; Lima; Sousa (2022), com a institucionalização da docência, em particular, feminina, tinha -se a compreensão que:

A destinação vocacionada da mulher para educar a infância, que perpassa a imagética social em torno da importância feminina na educação, está ancorada na convicção de que a mulher, atuante na escola, tem o poder e a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. Por se entender que cuidar de crianças e educar era missão feminina, o magistério revelaria seu lugar por excelência. (SILVA; RODRIGUES; LIMA; SOUSA, 2022, p. 205).

A mão de obra feminina tornou-se necessária, principalmente em relação a proibição imposta pelos conservadores católicos de que professores do gênero masculino não poderiam lecionar para meninas e a recusa da coeducação dos sexos. Para a Igreja Católica e para os conservadores, a coeducação ameaçava o “*status quo* vigente, temendo uma excessiva modernização de costumes e perda de controle e de poder sobre o sexo feminino”. (ALMEIDA, 2007, p. 169):

Além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem

nessa categoria. Pelo menos, era assim que rezava o discurso oficial da época. (ALMEIDA, 2007, p. 117).

As jovens moças viram no magistério, no ser professora a possibilidade de aliar casamento, criação de filhos e afazeres doméstico. Tudo isso abriu as portas para a profissionalização feminina, vistas como as melhores para lidar com o ensino de crianças.

É importante aqui frisar que, a profissionalização da mulher não aconteceria de uma hora para outra, diante do imaginário de mulher criado pela sociedade brasileira, que esteve estritamente ligado ao estereótipo de que elas deveriam ser abnegadas, delicadas, puras e mães dedicadas. Portanto, inicialmente a feminização do magistério primário aconteceu pelo fato da docência ser considerada uma extensão do lar:

A ocupação das mulheres no magistério foi fruto de um longo processo, que se iniciou no século XIX e teve um acirramento nas primeiras décadas do século XX, graças a diversos protestos femininos desencadeados pela luta em busca de direitos. No entanto, a estrutura patriarcal manteve-se hegemônica à custa, principalmente, do “enfoque naturalista” que limitava as mulheres à condição de mãe e, conseqüentemente, capazes de desempenhar unicamente o cuidado do lar. O questionamento desta estrutura se deu também a partir da imprensa, não apenas no Brasil, o que permitiu avanços na situação feminina, particularmente nas esferas intelectualizadas e de melhor poder aquisitivo. (NICOLETE; ALMEIDA, 2017 *apud* SILVA, 2020, p. 72).

A presença das mulheres nas Escolas Normais, de modo geral, esteve atrelada aos princípios veiculados pela sociedade vigente, deu estas deveriam se aperfeiçoar para melhor ser esposa agradável e mãe dedicada. O que acaba legitimando a sua exclusão de outros níveis de ensino e justificava currículos que privilegiavam as prendas domésticas em detrimento de outras disciplinas.

Embora o imaginário feminino imposto pela sociedade tenha colocado as mulheres na profissionalização, o maior motivo de as mesmas terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar. Quando, não raro, o caso não era o da sobrevivência, as mulheres procuravam na profissão uma realização social que a posição invisível ou subalterna no mundo doméstico lhes vedava:

Representou uma das escassas oportunidades profissionais para as mulheres. O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez da docência a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado

pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade no trabalho do lar. (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p.209 *apud* SILVA, 2020, p. 73).

É importante aqui frisar que a questão abordada acima, não é obviamente acreditar que mulheres tinham os mesmos acessos às atividades laborais que os homens, a mesma “facilidade” para ter um trabalho ou que poderiam exercer qualquer ofício. Longe disso, mas sim problematizar a ideia de que as mulheres não tinham atividades laborais e que isso está intrinsecamente relacionado à questão de classe e também de raça.

Ademais, numa perspectiva econômica, o magistério era visto como uma profissão sem prestígio pela sociedade, uma vez que pagava salários baixos, sendo esse apenas um complemento da renda familiar, cabendo ao homem o sustento da casa. Para que a mulher pudesse exercer o magistério, esta deveria apresentar documentação que atestasse a sua boa conduta moral diante da sociedade. Eram requisitados documentos como “[...] certidão de casamento, se casada; certidão de óbito do cônjuge, se viúva; sentença de separação, para avaliar o motivo que gerou a separação, no caso da mulher separada”(RABELO; MARTINS, 2006 p. 6171 *apud* SILVA; ARANTES, 2021, p. 12).

No decorrer da Primeira República, as escolas normais desenvolveram importantes papéis na formação e profissionalização feminina, mas devido à insuficiência quantitativa de escolas públicas e a grande demanda de procura, logo se estendeu a autorização de funcionamento de escolas normais privadas e municipais. As escolas normais confessionais católicas, foram imbatíveis e contribuiriam de forma significativa para a formação do magistério e principalmente de controle do feminino.

O interesse da Igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país [...] religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil [...] (ROSADO NUNES, 1997, p. 497 *apud* ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 167).

As alunas das escolas normais confessionais católicas deveriam seguir um regime educativo, sofrendo penalidades quando descumprido. A elas caberiam: comparecer com regularidade e pontualidade as aulas e as comemorações cívicas; assistir às missas nos domingos; apresentar-se devidamente trajadas, quer seja dentro ou fora da instituição; não praticar, dentro ou fora da instituição, atos que

pudessem ferir à moral ou aos bons costumes, e acatar com autoridade seus superiores, professores, sacerdotes ou funcionários.

Nessas instituições também era extremamente proibida a circulação de revistas ou livros entre as internas, ou externas que não tivessem o consentimento da congregação religiosa a qual fizesse parte. Elas tinham revistas próprias que traziam temas como culinária, namoro, casamento, cuidados com bebês, com o lar, como as moças deveriam se comportar, dentre outros temas voltados para uma educação doméstica e religiosa:

Várias ordens religiosas vieram ao Brasil dedicar-se a educação feminina e fundaram colégios para funcionar como escolas em regime de internato, externato ou orfanato [...] nessas escolas havia uma constante vigilância sobre as meninas e moças e era seguido o método pedagógico baseado no *Ratio Studiorum* dos jesuítas, com ensino de matérias que reforçassem “a cultura, a sociabilidade e a religiosidade das alunas, do que matérias voltadas para o conhecimento científico” com ensino de línguas estrangeiras, envolvendo doutrinação religiosa e de conceitos morais. Não visavam, por conseguinte, à profissionalização feminina, mesmo quando passaram a incluir matérias relacionadas às Ciências Biológicas e Físicas, a fim de exames de aprovação na Escola Normal, exceto para as aquelas que eram órfãs, devendo aprender desde cedo ofícios de costura e prendas domésticas. (OLIVEIRA, 2015, p.4).

As escolas confessionais católicas tiveram sua parcela de responsabilidade na formação de professoras para o setor público, sem deixar de transmitir a sua influência religiosa. Uma vez que as congregações responsáveis especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, ética, cívica e religiosa, uma formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe -professora.

A figura feminina foi por muito tempo objeto de imagens impostas sobre ela, por uma cultura amalgamada pela religião, em especial a católica. Figura essa que deveria se assemelhar a Virgem Maria, a ser pura, dócil, delicada, boa esposa e mãe. Portanto, a sua educação não deveria ultrapassar o espaço do lar. A elas caberiam apenas aprender a cozinhar, costurar, cuidar da família e dos demais afazeres domésticos.

A Declaração *Gravissimum Educationis* (sobre a Educação Cristã), documento criado em 1965 pelo Concílio Vaticano II, comandado por Paulo VI, foi um marco importante e até hoje é considerada a base da educação católica. Propondo uma adaptação dos anseios da Igreja Católica acerca da educação às necessidades específicas do seu tempo e dos

diversos espaços nos quais ela possui instituições educativas. Cabe, portanto, à Igreja seguir o mandato “estabelecido por Jesus Cristo em sua fundação”, quer seja, anunciar o “mistério da salvação” e cuidar de toda a vida do homem”, contribuindo assim para o progresso e a ampliação da educação e do catolicismo. (Cf. CONCÍLIO VATICANO II, 1965).

De acordo com este documento, a família é a primeira instituição educativa, capaz de consolidar as virtudes sociais necessárias à sociedade, mas que cabe principalmente à Igreja o caráter educativo, devendo essa ser reconhecida como “[...] sociedade humana capaz de ministrar a educação, mas sobretudo porque tem o dever de anunciar a todos os homens o caminho da salvação”. (Cf. CONCÍLIO DO VATICANO II, 1965).

4 A HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA NO SERTÃO SOUENSE

4.1 Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus e o Sertão sousense

No início do século XIX, em especial na Europa, a Igreja Católica vinha perdendo territórios, espaços físicos e simbólicos, isso devido às revoluções liberais. No entanto, o surgimento de outras formas de organização, como as congregações, começou a se proliferar, atraindo muitas mulheres que desejavam entrar para a vida religiosa e conseqüentemente exercer alguma ação social. As fundações de congregações foram, portanto, um dos meios de retomada da Igreja dos espaços sociais.

Pensadas e desenhadas especialmente para a internacionalização, a Igreja abriu espaço para elas e estimulou-as a ter a América Latina como campo de missão, com a intenção de constituir na região verdadeiras “repúblicas católicas” (ROUX, 2008 apud LEONARDI, 2016). Estudos na França, em Portugal e no Reino Unido apontam que o ápice no número de fundações de congregações ocorreu por volta de 1880 e que essas comunidades eram formadas majoritariamente por mulheres (LANGLOIS, 1984; MANGION, 2008; VILLARES, 2003 apud LEONARDI, 2016). Essas possuíam uma estrutura mais leve que as antigas ordens, e direcionavam seus membros para realizar pelo mundo ações que envolvessem principalmente a educação e o cuidado de doentes.

No Brasil as congregações começaram a desembarcar no século XIX, havendo uma intensificação nas primeiras décadas do século XX (BITTENCOURT, 2015). A vinda destas para o país se deu pela ambição de internacionalização, também devido à expansão local, e pelos apelos da elite brasileira e dos bispos para instalação em determinada região. Ao chegarem aqui, as congregações se dedicaram a trabalhar na direção de colégios, hospitais, paróquias, santuários e pregando missões.

Mesmo com a proclamação da República no Brasil e o fim do padroado, a Igreja continuava ativa na sociedade e utilizou a estratégia de instalar dioceses em quase todos os estados do país, seguindo a organização federativa implantada com o novo regime. Com a descentralização administrativa do Estado a Igreja fortaleceu suas

alianças regionais, garantindo a instalação e a manutenção das congregações, atuando estas nas mais diversas áreas.

Em pouco tempo, com suas missões de forte apelo dramático e a capacidade de ordenar socialmente e mobilizar pela palavra, as congregações iam ganhando a afeição das autoridades e da comunidade local, e assim conseguiam recrutar cada vez mais pessoas para os trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica.

Segundo Mello (1997), as congregações começaram a chegar na Paraíba a partir da segunda metade dos anos trintas e passaram a instalar seus colégios, principalmente destinados às moças em esquema de internatos. Ainda segundo este, a Paraíba recebeu várias ordens de freiras brasileiras quanto estrangeira, que se instalaram em muitas cidades, entre elas destaca: Guarabira, Alagoa Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Areia e Itaporanga.

Isto posto, foi em 1923 que o Bispado do Crato fundou a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Esta recebeu autorização da Santa Sé pelo Rescrito de sua Santidade, o Papa Pio XII, em 19 de janeiro de 1926 e tinha por finalidade a educação cristã para crianças, jovens e adultos; além da assistência aos doentes, idosos e menores carentes; entre outros trabalhos pastorais, conforme os apelos da Igreja. A congregação tem por carisma “seguir Jesus na fraternidade, oração e missão profética. A exemplo de Maria, sob a inspiração de Santa Teresa de Jesus¹¹”.

¹¹ Santa Tereza de Ávila ou Teresa de Jesus, considerada Doutora da Igreja e reformadora do Carmelo, foi canonizada no dia 27 de setembro de 1970, pelo Papa Paulo. Ela nasceu em Ávila, Espanha, no ano de 1515 e fundou vários conventos, (32 mosteiros, 17 femininos e 15 masculinos). Com uma rígida forma de vida, trabalho e silêncio, Santa Teresa foi considerada muito inteligente, e deixou várias obras escritas, como o Livro da Vida.

Figura 02 – Santa Teresa de Jesus



Fonte: <https://www.marypages.com/assets/images/ori/TeresavanAvila.jpg>. Acesso em: 12 jul. 2022

Esta congregação, além de formar religiosas, dedicou-se à educação de mulheres no Cariri cearense, fundando o Colégio Santa Teresa de Jesus, sendo este o primeiro colégio da região a se dedicar à formação de professores para o magistério.

Devido à falta de instituições na cidade do Crato¹² e nas regiões circunvizinhas que pudessem instruir as meninas das famílias da região de classe média e alta, que Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva¹³, primeiro bispo da Diocese do Crato e responsável pela congregação, se viu com a "missão de ajudar aquelas famílias", criando ações educacionais para suas filhas.

¹² Crato é um município brasileiro do estado do Ceará, uma das cidades mais importantes e antigas do estado. Situa-se no Cariri cearense, conhecido popularmente como o "*Oásis do Sertão*" pelas características climáticas mais úmidas e favoráveis à agropecuária.

¹³ Primeiro bispo de Crato, nascido em Quixeramobim, no Estado do Ceará, em 31 de outubro de 1863. Preconizado bispo em 10 de março de 1915, recebeu a sagração episcopal em Salvador, Bahia, em 31 de outubro daquele ano. Como primeiro bispo do Crato, além de priorizar as atividades espirituais, Dom Quintino foi o homem das grandes realizações que modificaram o cenário social, econômico e educacional do Cariri.

Figura 03 – Localização da cidade do Crato no Estado do Ceará.



Fonte: Abreu (2006)

Figura 04 – Dom Quintino de Oliveira



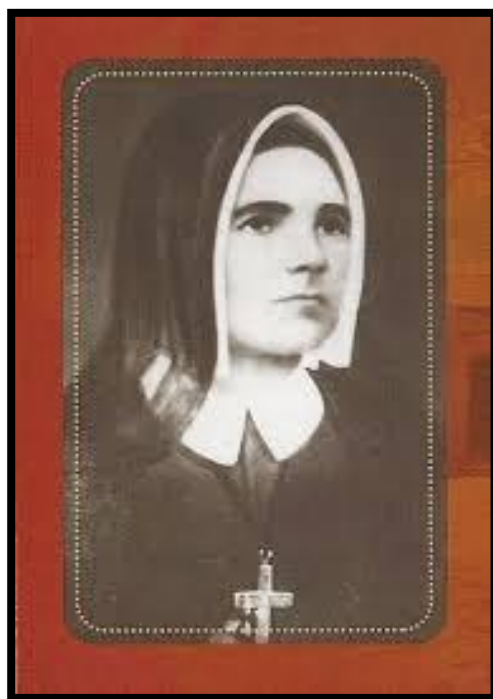
Fonte: Página da Diocese do Crato¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://diocesedecrato.org/historia/>. Acesso em: 3 de ag. 2022.

Consta nos documentos analisados, que a congregação visava ofertar uma formação integral à juventude naquela localidade e para ajudar nessa empreitada, Dom Quintino procurou saber da disposição de quatro moças: *Madre Ana Couto*, *Madre Vitorino*, *Madre Freitas* e *Madre Tavares*¹⁵, e com o tempo outras jovens também se uniram a esta "missão". Essas jovens beatas não tinham nenhuma formação profissional, uma vez que isso não era critério considerado, para o bispo bastava apenas que elas fossem "piedosas". Quintino à beata *Ana Couto*¹⁶, que, posteriormente, foi considerada cofundadora da Congregação escreveu:

[...] É isto que tenciono fazer com o seu concurso e de mais algumas moças piedosas, duas, três, ou quatro, que me parecem animadas pelo espírito de Deus. Assim, pois, resolvi fundar o Colégio que terá Diretora externas e colaboradoras para o ensino das alunas, mas cuja administração interna ficará a cargo das futuras religiosas, que não é necessário que sejam instruídas para o desempenho de sua missão, bastando apenas que tenham espírito. A abertura do Colégio Santa Teresa de Jesus está anunciada para o dia 15 de fevereiro próximo. Como é? [...] Responda-me. Guardando reserva. (QUINTINO, BISPO, 1923).

Figura 05 – Madre Ana Couto



¹⁵ Formação da primeira Comunidade Religiosa na cidade, com quatro membros: Madre Ana Couto – primeira superiora geral; Madre Eudócia Tavares – primeira assistente; Madre Antônia Vitorino – primeira mestra de noviças; Madre Mariana Freitas – primeira secretária geral.

¹⁶ Madre Ana Couto foi a co-fundadora da Congregação Filhas de Santa Tereza e viveu 24 anos como superiora geral da congregação, durante sua vida religiosa fundou o Colégio Senhor do Bonfim, em Icó, Colégio São José, em Iguatu, o Orfanato Jesus, Maria e José, em Juazeiro, e o Abrigo Jesus, Maria e José, em Crato, falecendo em 31 de janeiro de 1947, aos 62 anos, em Crato

Fonte: Página do blog Antônio de Morais¹⁷

Figura 06 – Colégio Santa Teresa de Jesus na década de 1950.



Fonte: Página blog de Antônio de Morais¹⁸

Figura 07 – Atual fachada do Colégio Santa Teresa de Jesus.



Fonte: Teles (2013)

¹⁷ Disponível em: logdosanharol.blogspot.com/2018/11/caririensidade-por-armando-lopes-rafael_30.html. Acesso em: 3 de agosto de 2022.

¹⁸ Disponível em: logdosanharol.blogspot.com/2018/11/caririensidade-por-armando-lopes-rafael_30.html. Acesso em: 3 de agosto de 2022.

Destinava à formação de moças, o primeiro colégio da congregação tinha como base de seu currículo o modelo da instrução oficial. No entanto, ampliou a formação, preocupando - se com o disciplinamento necessário ao convívio em sociedade das futuras senhoras.

Sendo assim, a congregação implementou um sistema educacional sob a égide da Igreja Católica, e exerceu grande influência em ações educacionais e sociais, em especial criando escolas em regime de internato para moças, bem para com rapazes que desejassem seguir uma vida religiosa ou apenas estudar.

A congregação, portanto, se expandiu por quase todo o estado do Ceará e alcançou outros também como Piauí, São Paulo e Paraíba. A chegada da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus à cidade de Sousa, no sertão da Paraíba, se deu por intermédio do sacerdote João Cartaxo Rolim, que a época era o então vigário da cidade.

[...] uma Congregação implantada no solo místico da Igreja para educar no Nordeste. É a concretização do ideal de Dom Quintino. Daí, nasceu a Missão do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, educação cristã orientada pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, para formar o cidadão com elevado grau de responsabilidade social, capaz de absorver informação e transformá-la em conhecimento, utilizando adequadamente o potencial humano e os recursos tecnológicos disponíveis, tendo em vista o bem da sociedade. A formação intelectual é embasada nos valores humanos e cristãos e nas novas tecnologias de educação. (CARTILHA CNSA, 2022, p.3).

O vigário mediou às solicitações de Dom Zacarias¹⁹ à Congregação para que esta administrasse o colégio na cidade. A estreita ligação entre as Dioceses de Cajazeiras – PB e do Crato – CE favoreceu as mediações. Segundo consta nos documentos do colégio, a cidade de Sousa recebeu a visita da diretora da Congregação, a Madre Teresa Machado, a qual "percebeu que Sousa era uma cidade promissora, um povo de muita fé e não podia negar nada, a uma gente tão amiga".

Esta então retornou à cidade do Crato para organizar a equipe da "missão" e envia a Sousa as irmãs Barros, Holanda, Linhares e Tércisa que foram recebidas e instaladas até a inauguração do colégio, em casa de famílias da elite sousense.

¹⁹ Dom Zacarias trabalhou em Cajazeiras como orientador do Colégio Pe. Rolim e foi secretário do Bispado. Quando transferido para Sousa, na Paróquia dos Remédios, na função de cooperador. E em 27 de abril de 1953, Pe. Zacarias Rolim de Moura foi eleito pelo Papa Pio XII, Bispo Diocesano de Cajazeiras-PB.

Portanto, no dia 23 de março de 1958 que o Educandário Nossa Senhora Auxiliadora foi inaugurado.

Diante do que até aqui foi colocado a respeito dos estudos que abordam a história de instituições, compreenderemos melhor no próximo tópico como o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora se configurou, desde o espaço e cotidiano escolar até a sua inserção social, política e econômica na cidade de Sousa, Alto Sertão da Paraíba.

4.2 Fundação e instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

No intuito de compreender como se configurou a implantação e fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, empreendemos uma busca nos arquivos da instituição e em bibliografias que pudessem nos ajudar na análise do nosso objeto de pesquisa, uma vez que os demais arquivos visitados não nos forneceram nenhum dado sobre o mesmo.

Ir aos arquivos tornou-se um imperativo da área da historiografia da educação brasileira para melhor compreender uma instituição escolar, aponta Paulilo (2019, p. 11):

Conforme percebeu Vidal (2007), são âmbitos desse trabalho com o arquivo a ampliação da noção de documento escolar e as múltiplas relações que a compreensão e interpretação do passado estabelecem com o presente [...] fotografias e demais documentos iconográficos, periódicos publicados pela escola, correspondências, cadernos escolares, trabalhos elaborados pelos alunos e materiais didáticos diversos vêm sendo abordados pela prática historiadora.

Nesse sentido, ultrapassada a noção de documento escolar antes restrita à legislação educacional e aos registros administrativos, algumas das questões postas pela historiografia acerca das instituições escolares têm se resolvido por meio da pesquisa nos arquivos e museus escolares.

Portanto, para subsidiar a pesquisa e compreendermos como se deu a implantação, fundação e instalação do CNSA, visitamos o memorial histórico da instituição, criado no ano de 2008 em comemoração aos 50 anos de existência do colégio e a biblioteca.

A prática de analisar e classificar diferentes documentos, sejam eles: impressos, audiovisuais, manuscritos, iconográficos ou tridimensionais, tem sido um dos meios utilizados por pesquisadores para se alcançar o nível explicativo das análises acerca das instituições escolares. Assim, em visita ao museu, encontramos e analisamos as mais diversas fontes, como: relatos escritos, fotos, vídeos, fardamentos escolares, certificados, placas, símbolos religiosos e etecetera que no intuito de (re)contar a história do educandário e a formação educacional de mulheres nele.

No referido memorial encontramos: registros fotográficos dos fundadores da congregação, dos benfeitores que contribuíram para a instalação e fundação do colégio, bem como daqueles que ao longo do tempo contribuíram de alguma forma para a manutenção do mesmo; fotos das primeiras professoras e das primeiras alunas formadas no curso pedagógico; vídeos do educandário e da congregação; uma bandeira da escola pintada pela primeira aula da instituição; artigos religiosos; certificados; a pasta do jubileu de ouro, que reuni convites e comentários sobre a instituição ao longo desses 50 anos e fardamentos.

Figura 08 – Memorial Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Criado em 2008, em celebração ao jubileu de ouro do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Reuni aspectos da história do educandário.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

Figura 09 – Raízes da congregação, fundadores, benfeitores, professoras, alunas e gestoras do CNSA.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

Figura 10 – Raízes da Congregação: Santa Teresa de Jesus, Dom Quintino e Madre Ana Couto.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

Figura 11 – Raízes históricas da fundação do CNSA. Dom Zacarias Rolim, os padres Guimarães, Ibiapina e João Cartaxo Rolim; Professor Senhorzinho, diretor da antiga escola São José e Dona Silvia Mariz, doadora das terras à Igreja Católica, no qual o colégio foi instalado.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

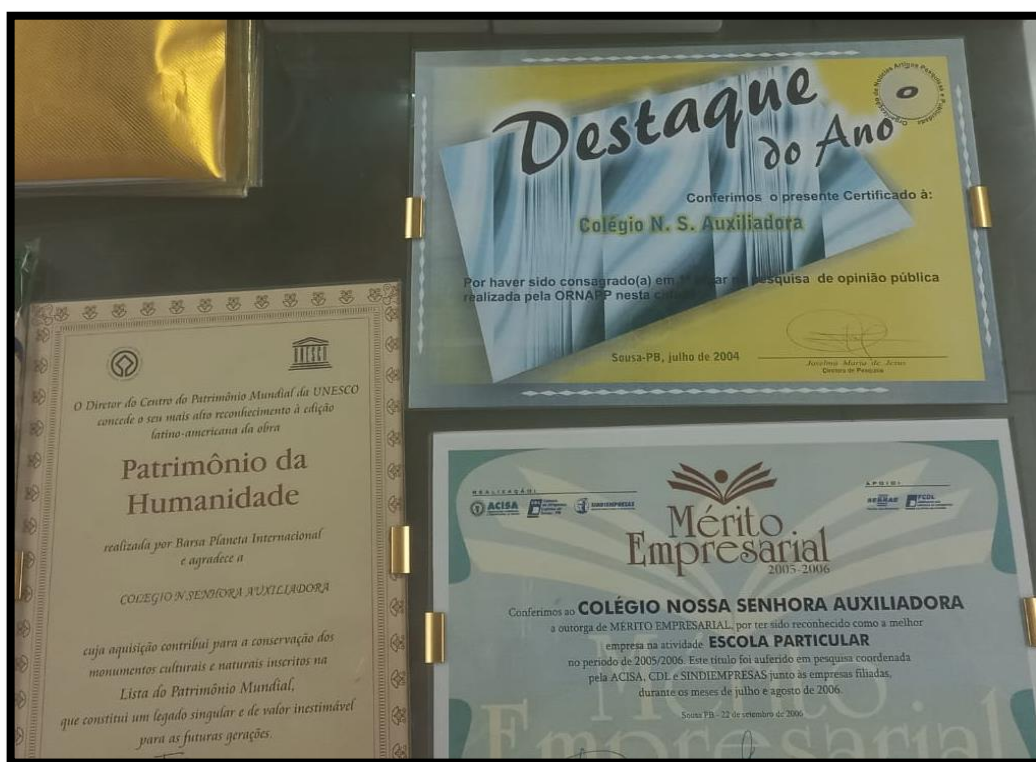
Os certificados expostos no memorial demonstram o prestígio que a instituição alcançou ao longo dos anos, entre eles se destacam: o prêmio de “melhor escola do Brasil e Líder da região”; “melhor instituição particular”, “melhor escola segundo a opinião pública”; certificado de reconhecimento da UNESCO como “Patrimônio da Humanidade”. Porém, não identificamos os critérios que garantiram a instituição estes certificados.

Na biblioteca do CNSA fizemos um mapeamento de livros e revistas que pudessem de alguma forma contribuir para com esta pesquisa. Nela encontramos livros de formação religiosa; agendas escolares, entre elas a agenda comemorativa

dos 50 anos de história do colégio que reúne algumas informações sobre o processo de instalação, fundação e inauguração do CNSA; cartilhas para funcionários; a 3ª edição da apostila “Sousa: ver, sentir e amar” destinada a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I, reunindo relatos e informações sobre a história da cidade de Sousa, de pessoas ilustres da localidade e da própria escola. Abaixo um trecho da mesma:

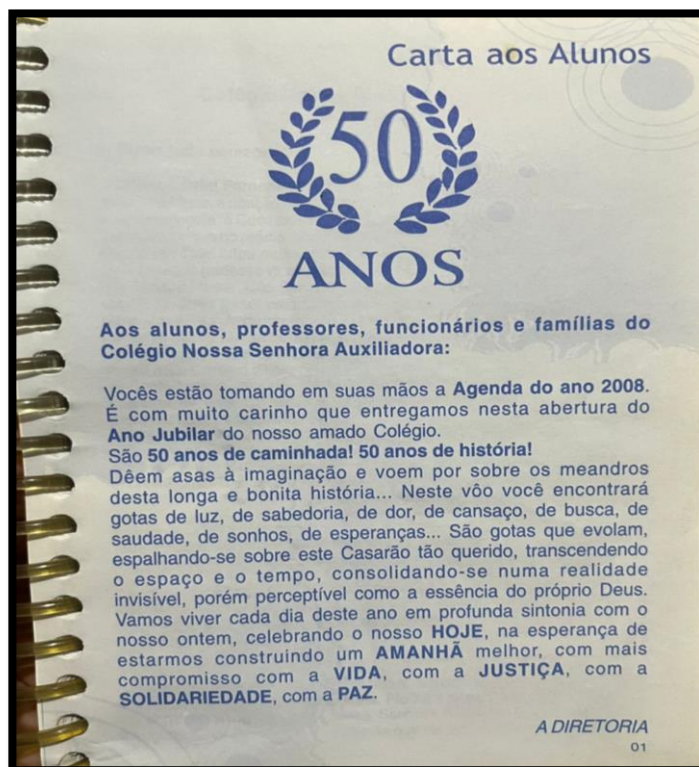
Este trabalho tornou-se possível graças a estudos, relatos e informações obtidas por educadores como: Madre Aurélia, Irmã Iraídes e outros educadores como Miriam Mariz, Anete Moraes, Lucíola Marques e outros, que serão recordados no decorrer do estudo. Esperamos, com humildade, que você, estimado (a) aluno (a), possa se aprofundar mais nos estudos, e retirar algo de bom dele, que possibilite à sua vida, uma prática de bondade, solidariedade, justiça, conscientização e amor à Terra de Bento Freire, a sua terra, a nossa amada e querida Sousa! (Apostila - Sousa: ver, sentir e amar, 2014, p. 3).

Figura 12 – Certificados. Expostos no memorial, refletem a importância e o prestígio do colégio na sociedade local.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

Figura 13 – Carta aos alunos, 50 anos. Em comemoração ao jubileu de ouro do educandário, presente na agenda escolar fornecida aos alunos no ano de 2008.



Fonte: Agenda escolar CNSA, 2008. (Próprio autor, 2022).

Figura 14 – Apostila Sousa: ver, sentir e amar. A 3 ed. da apostila, do ano de 2014, reuni informações sobre a cidade de Sousa, pessoas ilustres e um pouco sobre a história do educandário. Essa apostila era trabalhada pelas professoras do 4.º ano.



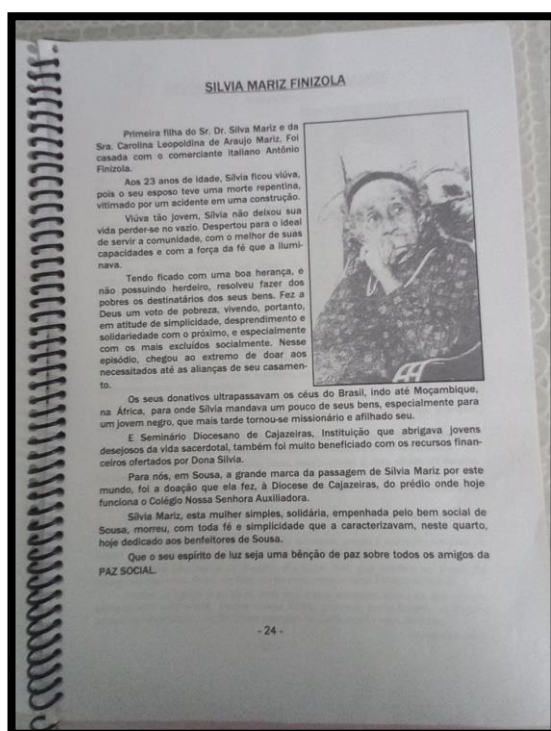
Fonte: Apostila Sousa: ver, sentir e amar, 3 ed. de 2014. (Próprio autor, 2022).

Além dessas fontes mencionadas analisamos também o Proposta Pedagógica atual do colégio e a Revista comemorativa do jubileu de ouro. A partir da apanhando, da leitura e análise dessas fontes é que começamos a nossa busca de compreender a história dessa instituição e a formação de mulheres no seio dela.

A história do CNSA começa com a doação de um terreno feito pela importante família política na região, Mariz. O terreno localizado as margens do Rio do Peixe, bem em frente a histórica praça Bente Freire, que leva o nome do fundador da cidade e que foi doado à Igreja para a construção da primeira igreja local, existente ainda hoje sob a invocação de Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

De frente a igreja do Rosário havia um velho casarão doado pela viúva Dona Mariz ao Padre José Antônio Marques Guimarães, no ano de 1860, no qual logo mais passou a funcionar a Casa de Caridade do Padre Ibiapina, uma vez que este padre vinha desenvolvendo alguns trabalhos sociais na cidade. Após anos de funcionamento o prédio se tornou a sede do Colégio São José até o ano de 1957, dirigido pelo professor Senhorzinho, também destacado entre aqueles que colaboraram para a implantação de um educandário dirigido por religiosas na localidade.

Figura 15 – Silvia Mariz Finizola. Bibliografia de Dona Silvia, presente na apostila Sousa: ver, sentir e amar, 3 ed. de 2014.



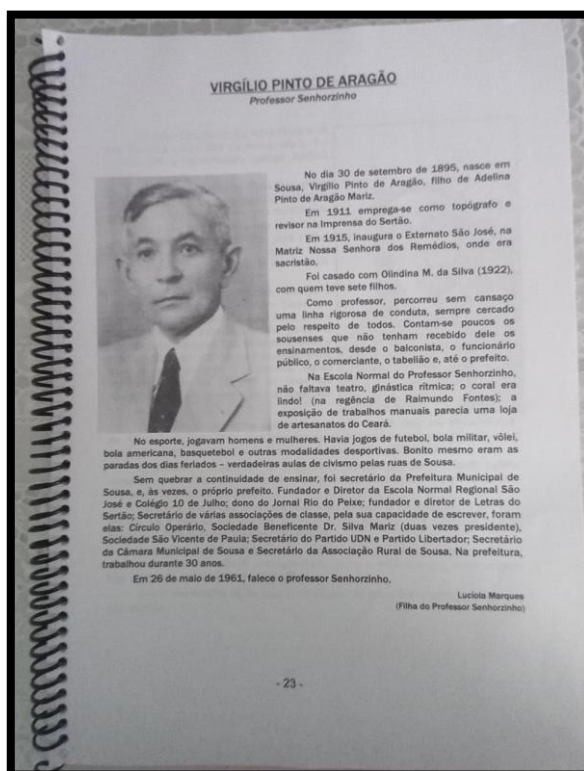
Fonte: Apostila Sousa: ver, sentir e amar, 3 ed. de 2014. (Próprio autor, 2002).

Figura 16 – Escola São José



Fonte: FERRAZ, Augusto. Além do Rio (2012).

Figura 17 – Virgílio Pinto de Aragão. Bibliografia do Professor Senhorzinho, presente na apostila Sousa: ver, sentir e amar.



Fonte: Apostila Sousa: ver, sentir e amar, 3 ed. de 2014. (Próprio autor, 2022).

Posto isto, o processo de fundação do CNSA inicialmente teria sido articulado pelo Cônego Oriel Fernandes, mas sem muito sucesso. O vigário, segundo as fontes analisadas, muito lutou para implantar um colégio religioso na cidade, que há muito tempo vinha sendo solicitado pela população sousense, muito cristã, mas não conseguiu uma congregação religiosa que pudesse vir a Sousa assumir esse trabalho.

Em 1957, o Pe. João Cartaxo Rolim, que na época estava à frente dos trabalhos da Igreja Católica, na cidade de Sousa, comovido com o “grande desejo do povo de ter uma Escola dirigida por Religiosas” e conversando com Dom Zacarias, bispo da Diocese de Cajazeiras a época, ficou motivado a convidar a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, já que a mesma mantinha duas escolas na Paraíba, uma em Santa Luzia e outra no Piancó.

O Pe. João Cartaxo Rolim, figura importante na história do CNSA, estudou no Seminário Diocesano do Crato, e fez os cursos de filosofia e teologia no Seminário Central Arquidiocesano da cidade de Fortaleza - CE e várias obras marcaram o paroquiado do padre na localidade, entre elas a construção da principal igreja da cidade, a Matriz dos Remédios, tornando-a, um dos mais bonitos e majestosos templos católicos do Estado da Paraíba. (Cf. PASTORAL DA COMUNICAÇÃO DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS, 2018).

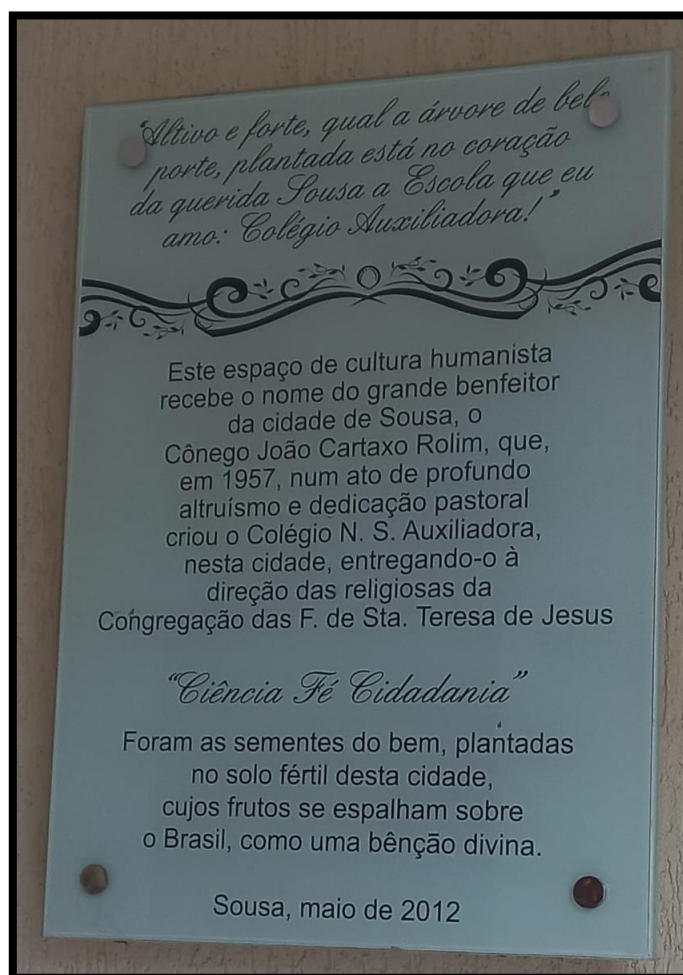
O Cônego João Cartaxo Rolim foi muito influente na cidade, principalmente entre a elite sousense, sendo o segundo pároco, que permaneceu mais tempo na cidade de Sousa. A sua grande influência religiosa na sociedade talvez tenha contribuído ainda mais de forma significativa para o interesse da “população” por uma escola dirigida por religiosas, tendo em vista as mudanças políticas, sociais e culturais pelas quais o Brasil vinha passando no período refletiam no papel da mulher:

Um católico praticante, mesmo frequentando a missa apenas uma vez por semana, tem sua conduta social e política influenciada pela sua formação religiosa. Quanto mais a liderança da Igreja for capaz de gerar mecanismos de transmissão dos seus valores e de controle, aproximando o clero e o leigo da conduta que considera ideal, mais reprodutor, menos questionador e mais defensor da ordem política e social católica os membros dessa Igreja serão. (ROSA, 2011, p. 18).

Constatando o que aborda Rosa (2011) na citação acima, a população de Sousa estava fortemente ligada aos princípios e valores impostos pela Igreja Católica, uma vez que segundo consta nas fontes analisadas, a instituição educativa confessional foi “convidada pela população”, que viu a necessidade de se ter uma

escola voltada para a preparação de moças do município, uma escola que fosse “movida pela fé cristã”, para assim melhor preparar as jovens para o lar e a vida na sociedade, além de ser um elemento importante para o desenvolvimento local.

Figura 18 – Placa do prédio de cultura do CNSA. Construído no ano de 2012, o prédio leva o nome do Cônego João Cartaxo Rolim.



Fonte: CNSA. (Próprio autor, 2022).

Outro fator que possa ter colaborado/influenciado a elite sousense a solicitar a abertura do colégio confessional na cidade de Sousa talvez se deu ao fato de que na localidade não havia muitas escolas e que, conseqüentemente, as que haviam não atendiam aos interesses da elite:

A realidade social, cuja composição é múltipla, ancora-se em elementos díspares, entre os quais se incluem as estratégias de manutenção e elevação da posição social dos agentes. Entre as principais delas, situam-se aquelas relacionadas à escolarização [...] nesse sentido, ao longo da história, os agentes sociais de diferentes frações de classe, particularmente das classes médias e privilegiadas, elegem estratégias para sua produção e reprodução,

em especial aquelas que dizem respeito à escolarização dos filhos. (ORTIZ, 2011, p. 13).

A elite, portanto, ao longo do tempo, produziu e reproduziu por meio da escolarização sua posição. A escolha pelas chamadas “escolas de elites” ou “escolas de prestígio” foram algumas das estratégias utilizadas na busca pela produção e reprodução dos capitais de posse da família, além do poder de influenciar cultural, simbólica e socialmente.

Posto isto, para implementar o colégio na cidade, o Vigário se dirigiu ao Crato, sede da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, para solicitar a Madre Teresa Machado, superiora geral, a abertura de uma comunidade religiosa para o serviço da educação e evangelização da cidade de Sousa, que após visita à cidade aceitou o desafio.

Figura 19 – Madre Teresa Machado. Superiora geral da Congregação das Filhas de Santa Teresa, no ano de 1958. Comovida com a “fé cristã da população da cidade de Sousa”, resolveu aceitar o pedido de administração do educandário.

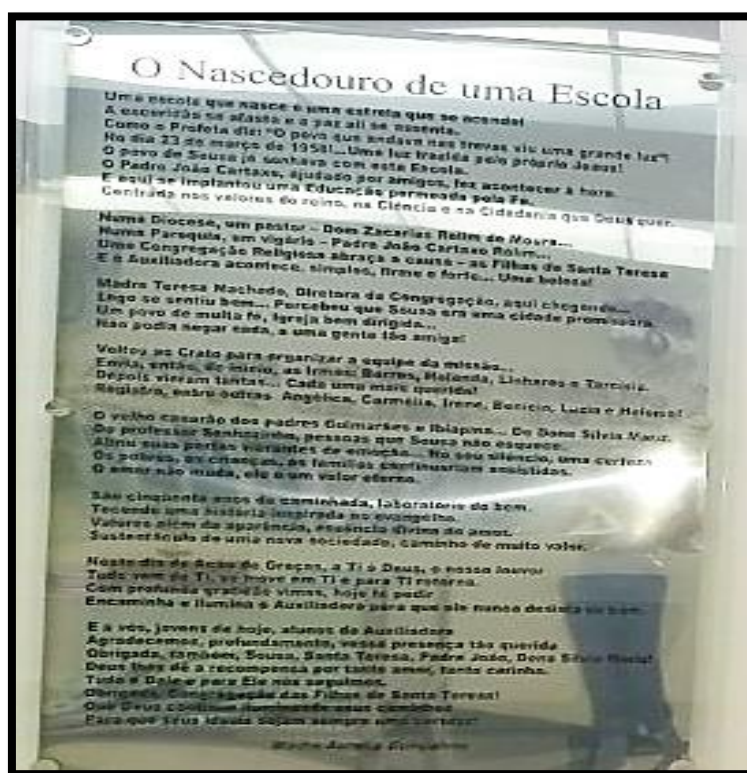


Fonte: Agenda escolar CNSA, 2008. (Próprio autor, 2022).

Assim, para dar início a instalação do colégio, o Cônego contou com a ajuda de alguns benfeitores, grandes nomes da elite sousense, são eles: o prefeito da cidade no período, Tozinho Gadelha, considerado “o principal agente do progresso local, garantindo a aquisição de elementos modernos para o meio urbano e enquadrando Sousa no prumo da modernidade” segundo Dário (2012, p 12); o casal Montinha e Antônio Fontes; o Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, político da época, Dona Berenice Pires e Dona Darcy Cartaxo.

Uma escola que nasce é uma estrela que se ascende! A escuridão se afasta e a paz ali se assenta. Como o Profeta diz: “O povo que andava nas trevas viu uma grande luz!” No dia 23 de março de 1958!... Uma luz trazida pelo próprio Jesus! O povo de Sousa já sonhava com esta Escola. O Padre João Cartaxo, ajudado por amigos, fez acontecer à hora. E aqui se implantou uma Educação permeada pela Fé. Centrada nos valores do reino, na Ciência e na Cidadania que Deus quer. Numa Diocese, um pastor – Dom Zacarias Rolim de Moura... Numa Paróquia, um vigário – Padre João Cartaxo Rolim... Uma Congregação Religiosa abraça a causa – as Filhas de Santa Teresa. E o Auxiliadora acontece, simples, firme e forte [...] (TRECHO CONTIDO NA PLACA, ESCRITA POR MADRE AURÉLIA, 2008).

Figura 20 – “O Nascedouro de uma Escola”. Placa exposta no Memorial CNSA, na qual a Madre Aurélia relata o processo histórico de fundação do CNSA.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

O educandário, portanto, foi instalado em uma área privilegiada, no centro da cidade:

A inscrição e a participação da instituição educativa no local é uma relação constitutiva que inclui interação, representação. A implantação da instituição reconfigura o local e constitui-se como centro, seja pela implantação e ordenamento espacial de raiz, seja ocupando e adequando instalações pré-existentes [...] a Companhia de Jesus, que, no decurso dos três séculos seguintes, criou e dirigiu uma rede de Colégios, privilegiou a noção de centralidade urbana, seja na escolha de locais, seja fundamentalmente na implantação dos colégios em edifícios de raiz [...] O legado incluía o plano arquitetônico e critérios de implantação; especificamente, deveria ser em local central, acessível, protegido, situado no núcleo urbano municipal. (MAGALHÃES, 2018, p. 43).

Os colégios católicos deveriam, portanto, ser bem localizados, nos centros urbanos, majestosos em sua arquitetura, e essa centralidade permitia que todos da sociedade os contemplassem. Assim, o velho casarão doado pelos padres Guimarães e Ibiapina para fins educativos, foi reformado, aparelhado e mobilhado pelo Cônego João Cartaxo com a ajuda dos benfeitores, num trabalho de quase um ano, para só então funcionar o colégio, sob a orientação e administração da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus.

Uma comissão foi formada para escolha do nome do educandário, entre os benfeitores e suas famílias foram selecionados três nomes, entre eles: Nossa Senhora Auxiliadora, Dr. Silva Mariz e Pio XII, e por meio de sorteio o nome escolhido foi Nossa Senhora Auxiliadora, denominação que ganhou a simpatia e o apreço da população local, que era muito devota à Mãe de Jesus Cristo.

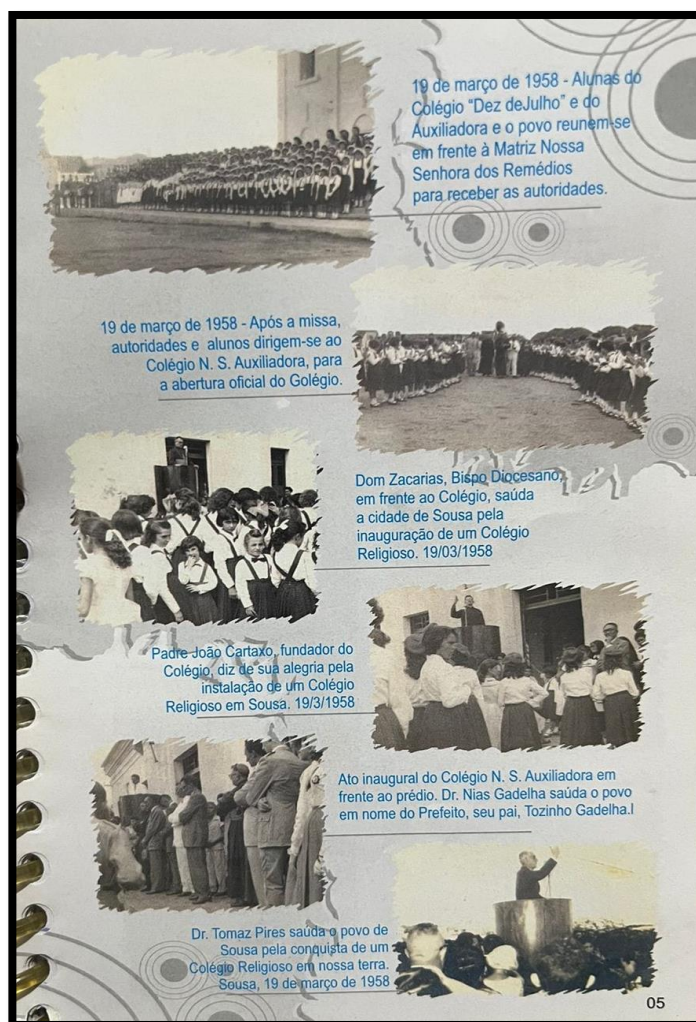
Antes da inauguração colégio chegaram as primeiras irmãs que iriam administrar o colégio, eram elas: Madre Iracema (diretora), Irmã Iolanda (secretária), Irmã Isabel, Irmã Tarcísia e Irmã Olga, que ficaram hospedadas na casa do casal Antônio Fontes e Montinha, até o dia da inauguração.

A inauguração oficial ocorreu no dia 19 de março de 1958, através da celebração Eucarística, presidida pelo bispo Dom Zacarias Rolim de Moura, e a mesma contou com a participação de outros sacerdotes, de autoridades locais, das alunas e suas famílias, outras escolas da localidade e da população em geral. Após a missa de inauguração discursaram as autoridades religiosas e políticas locais como: Dom Zacarias, Pe. João Cartaxo, Dr. Tomás Pires, Dr. Nias Gadelha representando seu pai, o prefeito Tozinho Gadelha e Dr. Romeu.

Julietta Pordeus Gadelha (1986) em seu livro “Antes que ninguém conte”, faz um breve comentário sobre o CNSA, destacando a fundação do educandário:

O Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora chegou, depois de uma série de trabalhos sem êxito, pelo Cônego Oriel Fernandes, cabendo ao padre João Cartaxo Rolim, vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, o mérito de sua instalação, através da orientação de irmãs religiosas, Ordem de Santa Teresa, do Ceará. Foi fundado em março de 1958 e funciona no Antigo prédio da Caridade, doado pelos herdeiros, com a condição de que, no momento em que deixar de servir à causa educacional, voltará aos seus legítimos donos. (GADELHA, 1986, p. 70).

Figura 21 – Fotos e relatos, presentes na agenda do aluno, do ano de 2008. Reconta a inauguração do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em 1958, com a participação de sacerdotes da Igreja Católica, das autoridades locais, das alunas e suas famílias, de outras escolas da cidade e da população em geral.



Fonte: Agenda CNSA, 2008. (Próprio autor, 2022).

Figura 22 – Abertura oficial do CNSA.



Fonte: Revista Comemorativa dos 50 anos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (2008).

Figura 23 – Desfile de alunas, em comemoração à inauguração do CNSA.



Fonte: FERRAZ, Augusto. Além do Rio (2012).

O ano letivo do colégio teve início no dia 23 de março de 1958. Destinado à formação feminina, o CNSA funcionou no formato de internato, externato e semi-internato, no seu primeiro ano de funcionamento, segundo os documentos oficiais, colégio teve 197 alunas externas e 21 internas ou semi-internas, ofertando a educação básica e o curso de formação para o magistério de nível médio. As primeiras professoras do educandário segundo consta nos documentos foram: Francisca Queiroga, Teresinha Abrantes, Zélia Fontes, Zeneide Fontes, Maria de Lurdes Nonato, Vanilda Aragão e Miriam Melo Mariz, porém não conseguimos mais informações sobre as mesmas se seriam da cidade, a quais famílias pertenciam, se freiras e/ou o que cada uma lecionava.

Com relação ao prédio, esse foi restaurado para tender as necessidades educacionais de suas alunas, este possuía apenas 5 salas de aula que funcionavam nos períodos matutino e vespertino. O público atendido pelo colégio se constituía de meninas de famílias de bom poder aquisitivo, de famílias, cujas profissões eram bem representadas socialmente, como: fazendeiros, políticos, comerciantes, entre outros. Todavia, segundo os relatos encontrados e analisados durante a pesquisa, o colégio também recebia filhas de agricultores, que não podendo pagar a mensalidade, e em troca forneciam alimentos para o colégio, outras alunas bolsistas em menor quantidade, eram de famílias dos religiosos (padres) das igrejas locais. Algumas das alunas internas eram de cidade vizinhas, que vieram na busca pela formação do magistério.

As diferentes congregações católicas vindas para as terras brasileiras trouxeram a possibilidade de educar meninas nos preceitos religiosos conservadores, afastando-as do “corruptor” ensino leigo, bastante pregado após a proclamação da República. Esse ensino católico, ao mesmo, tempo em que conferia elitização àquelas oriundas das classes mais privilegiadas, frequentadoras principalmente do internato, garantia uma formação adequada às funções sociais de mulheres de outras classes, principalmente no externato e orfanato, ou seja, abarcava todas as classes devido à porção assistencial da Igreja, mas fortalecia o caráter elitista e conservador das escolas particulares católicas em geral. (ORTIZ, 2011, p. 59).

O elevado nível cultural proposto pelos colégios católicos confessionais justificava seu prestígio social diante da sociedade e apesar de receber algumas alunas carentes, predominava a presença das filhas de famílias mais abastadas da cidade.

Figura 24 – Eulina Rocha Cartaxo, primeira aluna a se matricular no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1958.



Fonte: Agenda CNSA, 2008. (Próprio autor, 2022).

Atualmente o CNSA oferece a educação básica do Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio de forma mista. Em um complexo de quatro prédios com instalações amplas e confortáveis o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora tem uma infraestrutura como mais de 40 salas, para além do ensino, desenvolve atividades esportivas, artísticas, científicas e religiosas.

Essa grandiosidade, monumental hoje do colégio, foi sendo construída, segundo consta nos relatos de Madre Aurélia, por meio de beneficiários, entre eles políticos da cidade, que auxiliavam as freiras com doações. No museu da escola, podemos encontrar os nomes e fotos de cada um deles.

Figura 25 – Primeira Fachada do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de 1958 a 1980.



Fonte: Memorial CNSA, 2008.

Figura 26 – Atual fachada do CNSA.



Fonte: Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em:
<https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 21 de abril, 2022.

Figura 27 – Ala do Ensino Fundamental I e II.



Fonte: Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 21 de abril, 2022.

Figura 28 – Rol da entrada principal do colégio. Com acesso às salas da direção pedagógica, psicopedagogia, secretaria, financeiro e coordenação fundamental. No piso de cima, salas de aula do fundamental I pela manhã e fundamental II a tarde.



Fonte: Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 21 de abril, 2022.

Figura 29 – Ala da Educação Infantil. Incorporada no ano de 2017.



Fonte: Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 21 de abril, 2022.

Figura 30 – Ala do Ensino Médio. Reconhecido pelo seu grande índice de aprovação na cidade de Sousa.



Fonte: Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 21 de abril, 2022.

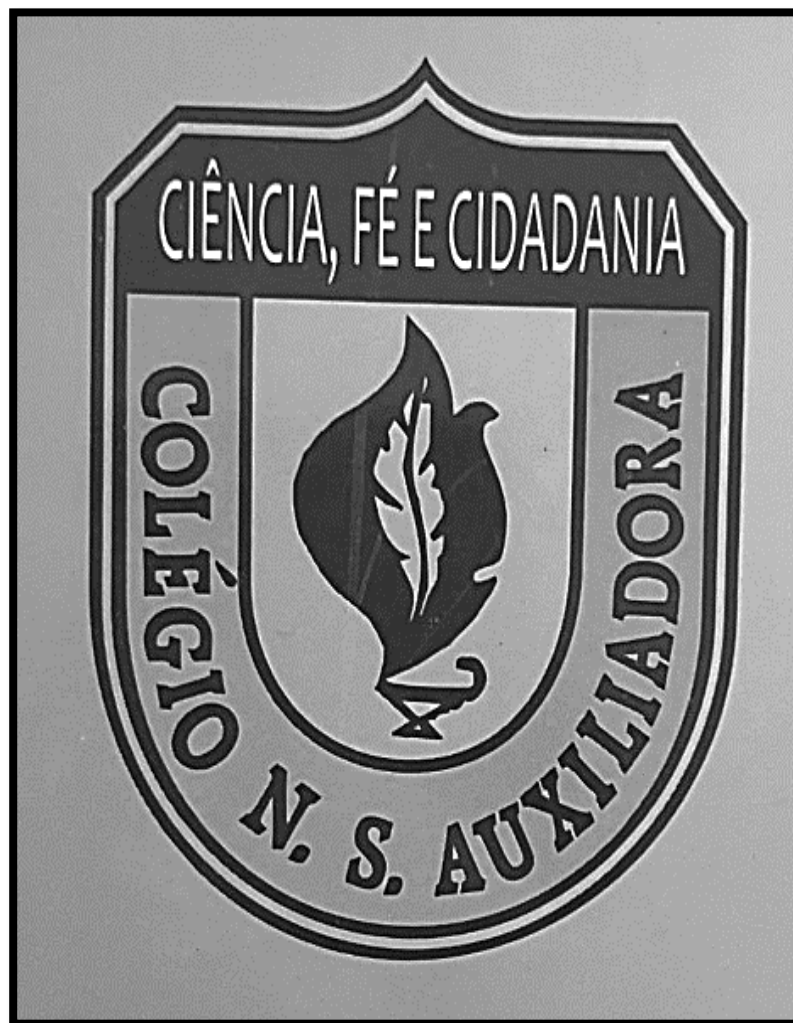
Dentro do espaço de 64 anos de existência, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora contou com oito Religiosas da Congregação na sua direção: Madre Barros, Irmã Angélica, Irmã Carmélia, Madre Aurélia, Irmã Maria Alderice, Irmã Maria de Fátima dos Anjos. Atualmente está sobre a administração das Irmãs Gheilde, gestora pedagógica e Irmã Elenice gestora financeira.

Segundo a Proposta Pedagógica analisada, a Congregação, exercendo a sua “missão educativa”, procura administrar o Colégio dentro dos “princípios evangélicos, da humanização, da ciência e da cidadania”. Se atualizando para manter a sua identidade educativa e para melhor enfrentar as urgências do mundo contemporâneo na formação das novas gerações, incentivando a transformação da sociedade a luz dos valores cristãos.

Valores estes estampados quase que em todo ambiente escolar; além de estarem presentes nos materiais de ordenamento de ensino; na prática pedagógica dos professores e dos funcionários, que também são considerados educadores pelo colégio; nos símbolos que compõem o brasão e no hino do colégio, que é “um dos instrumentos de perpetuação de uma memória que se faz presente em prosa e em versos”, segundo Barreto (2019, p. 94).

As margens férteis do Rio do Peixe
 Em frente a praça do histórico Bento Freire
 Altivo e nobre, qual árvore de belo porte
 Plantada está no coração da querida Sousa
 A Escola que eu amo - COLÉGIO AUXILIADORA
 Seu lema é uma verdade
 Buscar ciência, fé, cidadania
 Fazer o Reino de Deus acontecer
 Aqui, agora, na história, em harmonia
 O Colégio Auxiliadora planta valores
 Na alma em flor da infância e juventude
 São valores que o tempo não destrói
 Ladrões não roubam, o mal não contamina
 Dignidade, trabalho, justiça, amor-serviço.
 Seus professores são mais que professores
 Educadores, sim, são com certeza
 Amam o que fazem, transmitem a beleza
 Que está na VIDA, na pessoa, na liberdade, em Deus
 Seguem a doutrina sábia da Mestra SANTA TERESA [...]
 (Hino do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Letra: Irma Aurélia Gonçalves;
 Música: Maestro Jose Queiroga de Melo)

Figura 31 – Brasão do CNSA. No centro, uma candeia com uma luz em forma de pena, na qual a luz é a fé naquele que diz: Eu sou a luz do mundo”. A é também a sabedoria de Santa Teresa de Jesus, doutra da Igreja Católica e patrona da Congregação a qual o colégio pertence. Ela também simboliza a ciência que o Auxiliadora se propõe. A luz espalha-se pelo campo branco simbolizando os valores democráticos, o espírito de cidadania e de compromisso com a educação.



Fonte: Agenda CNSA, 2008. (Próprio autor, 2022).

Figura 32 – Mural “vivenciando valores”. Presente no pátio principal do colégio.



Fonte: CNSA. (Próprio autor, 2022).

Caracterizada por uma disciplina rigorosa e pelo cuidado com a orientação e a promoção dos jovens, com os anos o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi construindo um marco imperecível na sociedade local, passando a ser um centro de referência relevante as suas iniciativas e ascensões. Devido a sua importância cultural para a cidade de Sousa e para o estado da Paraíba, o prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi tombado por meio do Decreto nº 25.030, de 13/05/2004, segundo consta no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

4.3 Configuração didática e pedagógica do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – Integração/apropriação – práticas educativas e religião

A fim de compreender quais eram os saberes e práticas que estavam presentes na configuração didática pedagógica do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, nessa disputa do que melhor representa os valores que se pretende passar às alunas, empreendemos uma busca nos arquivos escolares da instituição e em bibliografias referentes a instituição e a congregação a qual pertence o referido educandário. Pensando, portanto, além da questão educacional, visando compreender as questões de integração e apropriação tanto social como religiosa.

No período republicano, além de formar as novas gerações, as instituições educacionais assumiram também a função de ensinar os códigos sociais aos que se tornariam responsáveis quer pela manutenção, quer pela transformação das dinâmicas da sociedade. Sendo assim, cabia às instituições de ensino resguardar os compromissos mútuos de oferecer conhecimentos técnico-científicos fundamentados e preceitos morais, culturais, sociais, religiosos validados pela sociedade na qual estão inseridas.

Com o processo de laicização do ensino, tendo como base a ciência, fez com que desencadeasse um movimento do clero diocesano brasileiro que se contrapondo a escola laica incentivou a criação de escolas confessionais, impondo que cada paróquia houvesse uma escola, em que a mocidade encontrasse “o pasto espiritual da doutrina cristã”, ou seja, a finalidade básica da escola era oferecer um ensino elementar que proporcionasse aos alunos assimilar melhor os conceitos do catolicismo (Cf. CHORNOBAI, 2005, p.195-196).

A proposta educacional do catolicismo [...] empenhou-se para afastar os católicos de certas expressões da modernidade, bem como para transformá-los em instrumentos de recristianização da sociedade. Vale dizer que a educação católica interessava não apenas o grupo católico, mas passou a constituir uma espécie de doutrina educacional das elites, por bases conservadoras. (CHORNOBAI, 2005, p. 197).

Vista como uma educadora natural, a Igreja Católica em sua missão de educar buscava afastar a elite de todo e qualquer meio que não fosse católico e utilizou como estratégia ideológica no seu projeto de restauração, o desenvolvimento de suas escolas que com outras instituições contribuíram no seu processo de centralização e aprofundamento do controle na sociedade.

Para a Igreja, a salvação da sociedade, portanto, poderia ser conquistada por meio do trabalho educativo nas escolas católicas. Assim, de acordo com Manoel (2008) a expansão da rede escolar católica ocorrida no Brasil entre 1859 e 1959 foi, reflexo da aliança entre a porção conservadora da Igreja e a oligarquia brasileira, com a complacência do Estado.

Nesse sentido, várias congregações religiosas puderam implantar suas redes de escolas no Brasil. Cury (2005) afirma que a Igreja Católica manteve domínio abrangente na educação durante bastante tempo:

No Brasil, durante décadas a Igreja Católica foi uma das poucas instituições presentes em todo o território nacional. O interior distante, quase inacessível, a fez forjar laços com grupos rurais e, durante a Colônia e o Império, com os índios. A evangelização, as missões, cultos, peregrinações e festas formam uma outra face da presença educadora da Igreja. Sua ligação urbana não era 52 menos forte, especialmente no setor de assistência social com destaque para os orfanatos, asilos e santas Casas de misericórdia. Esta característica assistencialista da Igreja combinou-se com a educação das elites em colégios e instituições. As famílias influentes ajudavam no estabelecimento de obras sociais e seus filhos e filhas formam-se nos colégios e internatos. (CURY, 2005, p. 7).

Em 1945, na cidade de Bogotá (Colômbia) foi fundada a Confederação Interamericana de Educação Católica (CIEC), na qual realizou o seu primeiro congresso e definiu as linhas gerais do seu regimento interno. Participavam desses congressos, delegações que eram “designadas pela Federação Nacional de Educação Católica, pela autoridade eclesiástica, pelos colégios católicos e pelas instituições católicas de ensino”. No ano de 1951, o Brasil foi responsável por organizar o IV Congresso Interamericano de Educação Católica. Este foi realizado entre os dias 25 de julho e 8 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro. (BENCOSTTA, p. 119, 2001).

Segundo consta nos documentos, porém sem informação de data, a Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus, para melhor desenvolver a sua “missão de educar” participou de alguns congressos:

Nós íamos para eles, São Paulo, Rio de Janeiro... orientar como comporta-se... e as organizações, a Associação dos Educadores Católicos, e CNBB dos bispos que as vezes a gente participava... tinha muitas organizações de orientação. Aí a gente ia para o CRB Conferência dos Religiosos do Brasil. (Relato de Madre Aurélia, 2019).

Dentre as temáticas discutidas no congresso, na última podemos estabelecer, segundo Bencostta (2001), uma aproximação entre o discurso da Igreja e o papel que o Estado, naquele momento, destinava à mulher na sociedade. Ambos defendiam que a principal finalidade da mulher é a de “educadora, seja qual for o seu estado civil, dentro ou fora do lar, para benefício da família e da sociedade”. Além disso, era preciso considerar que a “inteligência feminina possui uma estrutura psicológica diversa da masculina, o que poderia influir na escolha dos métodos e na elaboração dos programas de ensino” (BENCOSTTA, 2001, p. 126). Sendo assim, o IV Congresso Interamericano de Educação aprovou as seguintes premissas:

1) Na educação da adolescente se levem em conta as suas características psicológicas; 2) Os métodos intuitivos tenham preferência; 3) Os programas sejam adaptados aos interesses próprios do sexo; 4) Em toda a orientação dos estudos, nunca se perca de vista a sua finalidade principal de educadora, cultivando-se na adolescente as qualidades que lhe servirão para melhor desempenho da sua missão no lar, na sociedade e influência geral no mundo. (Anais, 1951, p. 508-509 apud BENCOSTTA, 2001, p. 126).

Reforçasse, pois, o pensamento da época, de que a educação feminina deveria estar focada na formação de um tipo ideal de mulher moderna, desejada para melhor educar o novo cidadão. E esse tipo ideal nada mais era do que a mulher virtuosa descrita por Salomão em Provérbios (31:10-31). Uma mulher possuidora de virtudes, delicada, simples, que se dedica ao lar, ao esposo e aos filhos.

No período republicano, os padrões burgueses defendiam como elemento constitutivo da educação o adestramento do corpo, tão fundamental para ingresso na sociedade e bastante fortalecido na formação educacional católica. Nesse sentido, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado com o intuito de amparar a mocidade feminina do alto sertão, dando uma sólida educação moral, cívica e, principalmente, religiosa. De base cristã, o educandário administrado por freiras, tinha uma preocupação com a educação religiosa de suas alunas, seguindo a ordem da Igreja Católica de que a “ignorância religiosa” precisava ser combatida.

Para a igreja e para os católicos conservadores, a ausência de educação religiosa nas escolas seria especialmente danosa às mulheres, que, imbuídas de falsos preceitos e sem a benéfica influência da religião, contaminariam e perturbariam o lar católico que deveria ser modelado pelos princípios cristãos. (ALMEIDA, 2007, p. 105).

Portanto, era preciso orientar as moças para que pudessem compreender os valores essenciais da vida católica e inculcar no pensamento as verdades morais, no intuito de torná-las sujeitos úteis à Igreja e a sociedade. E em pesquisa na biblioteca do colégio encontramos alguns livros didáticos que expressam os valores que a instituição escolar buscava inculcar nas suas alunas, como, por exemplo: justiça, compreensão, cuidado, obediência, entre outros.

Figura 33 – Livros paradidáticos “valores para a vida”. Utilizados pelas alunas do CNSA, presentes na biblioteca do educandário.



Fonte: Biblioteca CNSA. (Próprio autor, 2022).

Por norma, ao contrário das escolas laicas, as escolas confessionais, como escola professa, definem como objetivo primacial de sua prática pedagógica o desenvolvimento de uma opção religiosa e a adoção de uma conduta moral em seus alunos. Uma doutrina ou um princípio filosófico que se dissemina em suas práticas cotidianas e em seu próprio marketing perante a sociedade. Essas instituições

disseminam conhecimentos filosófico-teológicos e princípios educacionais da ordem religiosa à qual se vinculam, ao contrário da escola laica que se baseia sua proposta educacional nos métodos teórico-histórico-pedagógicos, construídos e legitimados pelo conhecimento científico.

Figura 34 – Livros voltados para a formação religiosa. Encontrados na biblioteca do CNSA.



Fonte: Biblioteca do CNSA. (Próprio autor, 2022).

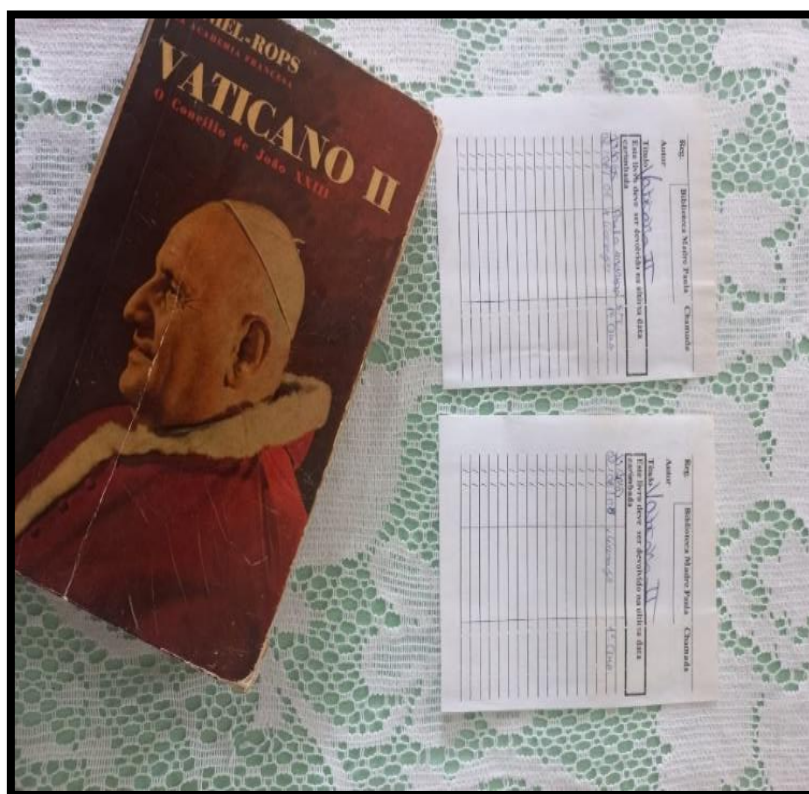
Assim sendo, apesar de as instituições educativas confessionais católicas seguirem os critérios de educação impostos pelo Estado, elas têm explicitamente a sua própria pedagogia educacional. Pedagogia que podemos entender como um trabalho de formação que segundo Bourdieu (1989) é um tipo de “habitus”, ou seja, deve acarretar a produção e reprodução de valores, comportamentos e atitudes por ela preconizados. Como podemos notar na citação a seguir da autora Chornobai

(2005) que aborda a manifestação do Papa Pio XI, em sua encíclica “sobre a educação cristã da juventude”

[...] É indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior. É mister, para nos servirmos das palavras de Leão XIII, que toda a restante formação respire a fragrância da piedade cristã. Porque, se isto falta, se este hálito sagrado não penetra e rescalda os ânimos dos mestres e dos discípulos, muito pouca utilidade se poderá tirar de qualquer doutrina; pelo contrário, virão daí danos e não pequenos. (PIO XI, 1974, p. 33, apud CHORNOBAI, 2005, p. 202 – 203).

Não diferente, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora segue desde sempre as instruções da ordem religiosa a qual pertence, e no período recortado desta pesquisa, visava transmitir às moças do sertão uma educação pautada em princípios cristãos. Princípios que motivam, que conduzem e/ou orientam o comportamento humano, refletindo em normas, valores, prescrições e exortações necessários para o comportar-se no seu meio social.

Figura 35 – Livro “Vaticano II, o Concílio de João XXIII”. Presente na biblioteca do CNSA.



Fonte: Biblioteca do CNSA. (Próprio autor, 2022).

Diante disto, os colégios confessionais católicos visavam a formação de virtudes e faziam parte do cotiando educacional das moças, práticas como: a vigilância, a estipulação de regras, gestos, comportamentos, atitudes e linguagem “apropriadas”. Práticas estas, necessárias para melhor preparar as jovens moças para o ingresso à sociedade burguesa, urbana e letrada.

E devido à crescente abertura das mulheres para a vida pública, os católicos mais conservadores, temiam à exposição feminina na vida social, mas, simultaneamente, acreditavam que esse fator pudesse ajudar ao catolicismo atraindo mais fiéis e nada melhor do que atuar pelas vias social e educativa das mulheres. Portanto, temendo que a mulher moderna se desviasse do seu chamado e que a chama da sua feminilidade se apagasse, a elite conservadora buscou a colaboração dos educadores católicos para a manutenção da “personalidade feminina”.

Para essa empreitada, os programas e métodos de ensino deveriam ser modificados e além dos conteúdos curriculares, os colégios católicos deveriam incluir atividades diversas na rotina das suas alunas, como alguns ritos de formação moral, religiosa, de conduta e caráter.

Essas instituições alcançariam seu ápice quando atingissem os seguintes fins: 1) A formação de perfeita esposa, mãe e dona de casa; 2) Preparação de mestras e/ou professoras de Economia Doméstica realmente preparada para tal; 3) Habilitação, pelo menos encaminhada, para profissões essencialmente femininas. (Anais, p. 515 apud BENCOSTTA, 2001, p. 129).

As jovens moças deveriam ser instruídas, dando continuidade aos estudos de humanidades: pedagogia, filosofia, literatura, línguas, ciências e religião. Entretanto, o estudo dessas disciplinas deveria estar subordinado a um programa de orientação especificamente feminino, com estudos de higiene, puericultura, alimentação, economia doméstica, corte e costura, e artes diversas como música, pintura, canto, entre outros.

As disciplinas ofertadas no pedagógico do CNSA eram básicas como: português, matemática, ciências e outras. Além de toda a formação intelectual, as jovens recebiam estudos catequéticos, aprendiam as principais orações da tradição católica, e eram orientadas a se comportarem como a “boa moça,” dentro e fora da instituição. Deveriam ter como exemplo Nossa Senhora, buscando sempre “seguir os princípios da fé”, entendida como aquela que cuida, que protege, que está presente, que é educadora por excelência. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, não fugindo

aos padrões das escolas confessionais católicas, prezava muito pela educação moral e pelo ensino da religião católica.

Além das disciplinas curriculares, o conteúdo das “prendas domésticas” se fazia presente na educação das jovens moças do educandário. A instrução no CNSA, portanto, além de capacitar as jovens moças para o mercado de trabalho, também as contribuía para que suas alunas desenvolvessem bem as atividades domésticas. Entretanto, vale aqui ressaltar que, o pensamento da época com relação à profissionalização da mulher era o de que a instrução nos estabelecimentos de ensino, deveria ser condizente com a sua “missão”, a de ser esposa e mãe:

Situava a mulher como uma pessoa voltada para as atividades exclusivamente femininas, objetivando amparar a família e educar a mulher para a domesticidade. Cabia à mulher os cuidados com os filhos, a manutenção do equilíbrio emocional do lar, administrar e organizar os serviços domésticos, preparando e cuidando das refeições, saúde, habitação, vestuário e do orçamento familiar. No movimento era prevalecente a ideia de que a mulher poderia se profissionalizar, mas em profissões condizentes com sua “vocação de esposa e mãe”. (AMARAL, 2002, p. 8).

Ainda no CNSA, as alunas eram motivadas a se expressarem também por meio das artes como música e teatro, porém, as irmãs não se descuidavam de incutir nas alunas, a rigorosidade, a disciplina e a ordem. Tudo deveria se voltar para os bons modos, para uma educação fundamentada nos princípios morais e cristãos, “a atmosfera religiosa perpassava diversos momentos da escolarização católica e era incorporada à vida das alunas”. (Cf. ORTIZ, 2011, p. 61).

Em linhas gerais, nos colégios confessionais católicos, predominava disciplinas que procuravam refinar as alunas culturalmente, apoiadas nos estudos das humanidades e letras, além da devoção religiosa. O currículo dessas instituições educativas se propunha a formar nas moças virtudes que eram convenientes ao gênero feminino.

Diante de tudo isto, o CNSA, apesar de se caracterizar como uma instituição profissionalizante para o magistério, preocupava-se com a preparação das moças da região para aquilo que a sociedade exigia a época, ser boas esposas, mães e donas de casa. Portanto, havia várias oficinas com aulas de corte e costura, de culinária, de como receber uma visita e aulas de puericultura para melhor cuidar de uma criança:

[...] instruída de uma forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si

mesma, mas era direcionada para o bem-estar masculino. A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e, por meio desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo. (ALMEIDA, 2007, p. 110).

A intencionalidade da educação da mulher estava no fato de que uma mulher ignorante não poderia “aperfeiçoar” o coração de uma criança, logo não seria uma boa mãe, sem certo grau de instrução. Se fazia necessário dar-lhes uma educação elementar, no intuito de melhor prepará-las para que assim a sociedade tirasse o maior proveito possível dessa instrução enquanto elas assumissem o seu papel social.

Para além disso, a Igreja Católica se preocupava também com a educação das jovens em casa. Era preciso, portanto, haver diálogo entre a educação dada em casa pelos pais e a educação dada nas instituições educativas, para que desse modo fossem mantidos os princípios e as virtudes apregoados pela religião católica. Como podemos notar na citação de Bencostta (2001):

[...] para o sucesso dessa empreitada entendia-se que seria indispensável o apoio das famílias organizadas em associações em que pais e mães pudessem se reunir periodicamente para apresentar soluções para o futuro de suas filhas. Em casa, com a ajuda das mães, devidamente habilitadas pela associação, as alunas prolongariam as informações recebidas na escola. (BENCOSTTA, 2001, p. 129).

Às jovens alunas do CNSA caberia também participar dos eventos religiosos, das missas e ajudar nas obras da Igreja, na paróquia e na catequese. Portanto, o educandário tinha por fim essencial, instruir e educar a juventude, e sem a religião era impossível ministrar uma educação completa, que visasse alcançar destinos temporais e eternos. Com regras bem definidas, vigilância constante e orientação permanente, o CNSA, assim como os demais colégios confessionais católicos buscava manter um controle tanto em relação ao tempo quanto às normas, demonstrando uma rígida disciplina em prol de uma formação moral.

O trabalho educativo realizado no educandário, era baseado a partir das orientações e revistas pedagógicas oriundas da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Que segundo Noronha (2015) já vinha desenvolvendo uma imprensa interna, desde os primeiros anos de funcionamento do seu primeiro colégio, como o periódico noticioso católico *Voz de Santa Tereza*, publicado nos anos de 1957

a 1960 e que fazia parte do cotidiano educacional dos colégios dirigidos pela congregação em vários estados do Brasil.

Não conseguimos encontrar durante nossa pesquisa, exemplares da citada revista, ou algo que nos desse mais indício do trabalho educacional no período recortado pesquisado, porém, na biblioteca da escola há algumas revistas e livros antigos entremeados entre livros didáticos e paradidáticos que revelam a preocupação do colégio com a formação religiosa, moral e cívica de suas alunas, como podemos ver nas figuras 33, 34 e 35 e confirmar na citação abaixo de Noronha (2015), quando ela aborda sobre a revista:

[...] os preceitos educacionais calcados na religiosidade perpassam todo o teor do impresso [...] as notas chamam à atenção para a disciplina e o desenvolvimento da fé; em outro texto da mesma revista, são elevadas as qualidades do silêncio. Esses são sentimentos muito caros à pedagogia tradicional cristã e católica. (NORONHA, 2015, p. 169).

Para além do que já foi mencionado, a Revista *Voz de Santa Tereza*, adotada, segundo Noronha (2015), por todas as instituições educativas pertencentes a Congregação, abordava outros assuntos, não especificamente pedagógicos, como problemas sociais, e ações da igreja, por exemplo. Todavia, continuava fiel aos “ideais educacionais defendidos: fé católica, solidariedade, respeito, desenvolvimento de bons hábitos de higiene e de padrões socialmente desejáveis para o público feminino da época”. (CF. NORONHA, 2015, p. 175).

Em se tratando do espaço escolar do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, tomando as ideias de Souza (1998), o mesmo reflete um projeto cultural que visa com a organização estrutural de todo o edifício civilizar e moralizar as crianças de forma rígida. As salas de aulas, por exemplo, de forma retangular facilitavam a atenção dos alunos em uma só extremidade, além de as mesmas terem objetos e mobiliários que reforçavam a distância entre aluno-aluno e professor-aluno.

Assim, as salas de aulas do CNSA apresentavam uma estrutura padrão das escolas confessionais da época, com um púlpito para as professoras, enfatizando sua posição elevada e autoridade naquele ambiente; as carteiras eram organizadas em filas, uma vez que eram vistas como as mais indicadas do ponto de vista pedagógico, moral e higiênico e serviam para distanciar as alunas umas das outras evitando e controlando assim as distrações, as conversas paralelas e as brincadeiras; quadro negro de giz e artigos religiosos como a bíblia e fotos de Santa Teresa.

A disciplina sempre foi uma das principais características dos estabelecimentos de ensino confessionais católicos e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora sempre foi destaque na sociedade sousense. Às alunas caberiam seguir um regime educativo, sofrendo penalidades quando descumprido, conforme consta no Regimento Escolar.

O Regimento Escolar do CNSA aborda a rotina destinada às alunas de modo geral, trazendo direitos e deveres não só das discentes, mas também de suas famílias, além das penalidades, uso do uniforme, entrada e saída do colégio. Esse conteúdo era apresentado para os pais inicialmente em audiência privada e para as discentes e em revista informativa.

Com relação às penalidades, segundo o parágrafo 4º do Regimento Escolar “o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora adotada o diálogo e o atendimento especializado com medidas pedagógicas primordiais”. Geralmente as alunas que não prestassem atenção nas aulas ou outra situação semelhante eram chamadas a atenção pelas professoras e nos casos mais graves, a coordenação fazia uma advertência, e se preciso fosse chamava a família. No CNSA não havia castigos físicos, no entanto, como em toda escola confessional católica, não era raro que as moças recebessem como castigo rezar um mistério do terço e refletir sobre sua atitude.

Às alunas caberiam: comparecer com regularidade e pontualidade as aulas e as comemorações; assistir às missas nos domingos; apresentar-se devidamente trajadas, quer seja dentro ou fora do colégio; não podiam praticar, dentro ou fora do colégio, atos que pudessem ferir à moral ou aos bons costumes, acatar com autoridade seus superiores e as internas não deveriam sair sem a permissão e o acompanhamento das freiras. As práticas religiosas exercidas dentro e fora do Colégio era uma forma de instruir e catequizar as alunas, “conduzindo-as para Deus;” inculcando nelas, o respeito, a veneração e a devoção ao sagrado, à família e ao próximo.

Segundo Chornobai (2005), “a transformação do profano em sagrado acontece também num espaço que extrapola os muros escolares: a rua”. Além de que o acompanhamento do cotidiano das alunas pelas religiosas de forma rigorosa seria

para lembrá-las de que “Deus é onipresente e onisciente” (CHORNOBAI, 2005, p. 207).

Portanto, as alunas que frequentavam o colégio, deveriam ter boas maneiras de se comportar e manter os bons costumes, mesmo fora da sala de aula, as alunas estavam sempre sobre constante vigilância das freiras que faziam questão de lembrá-las da onipresença de Deus e que assim elas deveriam se comportar de forma decente.

Com relação ao fardamento escolar, o CNSA sempre presou pelo mesmo, que deveria ser acatado de forma impecável, sendo respeitado o comprimento da saia, que era medido por uma das irmãs, segundo consta nos relatos analisados. O mesmo era composto por uma blusa de cor branca, saia pinçada na altura do joelho, meias brancas longas e um sapato na cor preta.

Figura 36 – Primeiro e atual fardamento do CNSA, exposto no memorial.



Fonte: Memorial CNSA. (Próprio autor, 2022).

Em se tratando do contexto dos colégios católicos, estes atuam tanto no ambiente intraescolar quanto extraescolar, difundindo seus valores e preceitos concomitantemente para a comunidade escolar e a sociedade não escolar, promovendo a ampliação dos objetivos a atingir possíveis público alvo. Tanto que ganhou o respeito e admiração da sociedade sousense que respirava os ares cristãos católicos, advindos da reestruturação da Igreja Católica e, em especial, na cidade de Sousa, do “Milagre eucarístico”²⁰. Assim, os pais das alunas do CNSA, optaram por matricular as suas filhas no educandário, por seu caráter religioso e os princípios cristãos por ele pregados.

Tanto docentes como discentes e a comunidade escolar foram expostos e integrados a sua cultura escolar. Portanto, a sociedade sousense sofreu interferências e influências que contribuíram para a formação de vida e de experiências sociais. Por meio das práticas educativas, comportamentos foram sendo moldados e concepções profundas incutidas naqueles que fizeram ou fazem parte desta instituição direta, ou indiretamente.

²⁰ No dia 25 de março, acontecia na cidade de Sousa a festa da “Encarnação do Verbo”, e durante a celebração da missa na Igreja do Rosário, um homem negro, considerado “feiticeiro”, aproximou-se do altar para receber a comunhão. Após o padre colocar a hóstia na boca do homem, este a retirou e escondeu-a nas dobras da camisa, saindo correndo da igreja e entrando em matagal que havia ali perto. Alguns fiéis, percebendo a atitude do homem, gritaram, acusando que o mesmo havia cometido um sacrilégio e diante do desespero de alguns, passaram a perseguir o dito feiticeiro, com medo de que o mesmo usasse a hóstia para rituais satânicos e acabasse ocasionando uma maldição para a região. Dias depois, um pastor, notou que suas ovelhas estavam ajoelhadas e em círculo, em torno de um ponto fixo. Ele então percebeu, que sobre o capinzal havia uma hóstia, que diante do extremo calor se conservava de tal modo perfeita em sua alvura. O pastor então procurou o vigário, pois acreditada que somente ele poderia tocá-la. O vigário se dirigiu depressa ao local, convocando toda a população como testemunha. Assim, ele recolheu a hóstia e a colocou numa custódia de ouro. Vigário e população saíram em procissão até a Igreja do Rosário, de onde a hóstia fora roubada. Segundo a tradição oral e popular, deste cortejo participaram também as ovelhas que encontraram a hóstia, acompanhando a procissão até a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. De igual forma, conta-se que frequentemente, rebanhos se reuniam no local do ocorrido, mesmo após o crescimento da cidade. No mesmo local, foi construída uma capela no ano de 1855 e demolida no ano de 1960 para construção de uma avenida. Nos anos seguintes, se erigiu em homenagem ao acontecimento, a “Praça do Milagre”, presente ainda hoje, como um monumento histórico da cidade. (Cf. GADELHA, 1986).

4.4 Formando para a vida: o magistério no CNSA

Neste tópico, tratamos da educação feminina para o magistério primário no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e para compreendê-lo, pautamo-nos em produções que trataram do tema e o discutiram à luz das transformações sociais pelas quais passava o país.

Diante disto, do papel social, cultural e profissional que cabia a mulher na sociedade em ascendência, sendo ela pertencente ou não à elite, era o magistério. Isso estava bastante perpassado em suas vidas, na sociedade brasileira e especialmente na cidade de Sousa.

Para esse período, como já vimos, era bastante comum as elites destinarem suas filhas para vivenciar e obter uma educação que tivesse como base a religião. Sendo assim, a sociedade sousense sem discussão apoiou a causa do Padre João Cartaxo Rolim, quando este pensou na congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus para educar as moças do alto Sertão paraibano.

O crescente ingresso do público feminino no magistério está ligado as alterações na escolarização e na sociedade como um todo, cujo bojo esteve além das relações entre mulher e ensino. O advento das escolas normais, sejam elas públicas ou privadas, é reflexo desse cenário, entre elas as escolas normais confessionais católicas, importantes difusoras dos ideais de mulher, mãe, esposa e professora primária.

Os colégios religiosos, regidos sob os princípios católicos, nos quais sua educação era instruída de valores, comportamentos e costumes regulados pela Igreja Católica e legitimado pelo Estado, foram ganhando aprovação da sociedade. Uma vez que estas instituições visavam educar as mulheres para serem professoras, mas sem que a profissão de educadora representasse uma ameaça ao papel central delas, que era cuidar do lar e da maternidade. Nada mais natural para a mulher do que a profissão de professora, assim, poderia conciliar magistério e as funções as quais a sociedade lhe impunha.

No período republicano, a família teve um papel decisivo na educação e profissionalização de suas filhas, optando quase que sempre por instituições educativas em que predominavam a tradição religiosa. No intuito de formar boas

moças, religiosas, esposas, mães, rainhas do lar, ficando o magistério para caso e quando fosse necessário.

Segundo Pilla (2017), as famílias escolhiam os colégios para as suas filhas baseados em dois momentos, como podemos notar na citação a seguir:

A escolha do colégio estaria então ligada, num primeiro momento, à idéia do aprendizado das regras de politesse para a construção de uma identidade entre os membros da elite. Nesse sentido, a educação feminina é priorizada porque, como futura mãe, será agente da sociabilidade refinada nos espaços privados, no relacionamento com o marido, educação acurada dos filhos e trato com os empregados. Nos espaços públicos, instruída adequadamente com uma educação baseada em princípios religiosos, exerceria a caridade, a filantropia, ou sabendo comportar-se com recato, modéstia, e sobretudo com polida desenvoltura nos salões, saberia engrandecer a figura de seus pais e posteriormente de seu marido. Num segundo momento, a escolha do colégio também estaria ligada à escolha pelo seu caráter religioso. Nessa perspectiva, Daumard ao analisar uma das intenções de escolha de colégios católicos femininos pela burguesia francesa de meados da década de 1870, na França, afirma que: “A influência feminina contribuiu seguramente para preservar a fé católica. [...] A família era antes de tudo um conservatório das tradições. [...] Ora a escolha dos pais era uma questão de convicção, ora atendia a considerações financeiras, sociais ou intelectuais”. (DAUMARD, 1992, p.236-238). (PILLA, 2017, p.3069).

Portanto, com já é sabido, embora tenha iniciado a preocupação com a instrução das mulheres e a sua inserção no, o currículo a elas destinado era diferenciado em relação ao currículo para homens, sendo, mais tarde, uma das justificativas para a inferioridade de seus salários.

Ao abordar a majoritária ocupação feminina do magistério, Ortiz (2011) nos chama a atenção para as ideias e valores abordados por Vidal e Carvalho (2001) que se relacionam com a história da docência feminina. Segundo estas autoras, a feminização do magistério feminino deve ser entendida para além do que uma simples análise de gênero, mas que envolve também categorias como classe, raça e geração:

Desse modo, a feminização: [...] não significou apenas a entrada de mulheres na ocupação de professora, mas também um processo de deslocamento de significados – de escola, ocupação, ensino, mulher, feminilidade, maternidade, masculinidade, criança, entre outros – que resultou na contiguidade observada hoje entre as representações de mulher, mãe e professora primária. (VIDAL; CARVALHO, 2001, p. 212 apud ORTIZ, 2011, p. 65).

Dito isto, o CNSA, escolhido pelas famílias mais abastadas da cidade de Sousa para educar suas filhas, ofertando o magistério entre suas modalidades de ensino,

visava profissionalizar as moças para a docência, porém mantendo a presença de aspectos religiosos, característicos das instituições católicas e das aulas de prendas domésticas. Com uma proposta pedagógica denominada “Evangélica Libertadora”, o magistério apresentava poucas aulas das disciplinas básicas e se dedicava as aulas de prática docente e de didática, segundo consta nos documentos.

Com um ensino mais prático, o magistério no CNSA ofertava às discentes metodologias de ensino para alfabetizar crianças do primeiro ao quarto ano. Além das aulas teóricas, as alunas estagiavam no próprio educandário ou em escolas da paróquia para melhor aperfeiçoar a sua práxis e todos os planejamentos de aulas eram feitos sobre a orientação das irmãs. As alunas do CNSA precisavam não só compreender o aluno, mas também compreender “o amor de Deus, a bondade de Deus” (Cf. MADRE AURÉLIA, 2019 apud ESTRELA). Portanto, se, por um lado, havia disciplinas destinadas à formação docente, por outro, priorizavam-se práticas de aproximação à religião.

Noronha (2015), analisando a revista *Voz de Santa Tereza*, aborda a preocupação que a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus tinha em formar um bom professor em suas instituições de ensino:

O conteúdo da revista volta-se tanto para os professores em exercício quanto para aqueles que estão em formação e prima pela edificação de um profissional cristão, ético, moral, higiênico, educado e solícito, que deve, com sua postura irrefutável, alavancar seguidores e servir de modelo de virtudes. (NORONHA, 2015, p. 172).

Parte-se do pressuposto de que a espiritualidade da professora deveria ser de conformidade com a confessionalidade da instituição escolar. Confessionalidade, que revela a identidade da escola, sua filosofia, o seu sentido de existência e que, portanto, os valores ali pregados e repassados deveriam ser professados e vividos por suas alunas. Nesse sentido, a espiritualidade da professora faz parte de sua identidade como pessoa e como profissional, se revelando em sua profissionalidade.

Além da formação didática, as jovens recebiam formação religiosa, participando de momentos de oração realizados por outras irmãs da congregação ou padres. A professora do CNSA, deveria, portanto, assumir a missão proposta pela Igreja e Escola Católica, a de evangelizar a partir da tarefa educacional. Tomar e anunciar em sua prática educativa Jesus Cristo, formar para humanizar, libertar e

construir sociedades na perspectiva da promoção do diálogo respeitoso entre ciência, fé e cidadania.

Em face do exposto, nas instituições educativas confessionais católicas, em que o processo de ensino/aprendizagem é mediado pelo *habitus* religioso, a formação das jovens moças vai muito além do ensino e da aprendizagem acadêmica e profissional, perpassando por um processo de formação espiritual, com base na formação de valores e na ética, com atividades que as levam para uma formação integral, ou seja, “formação para a vida”.

Nesse caso, nas escolas confessionais católicas, havia todo um investimento político realizado sobre os corpos das estudantes e mestras daquelas instituições, que se utilizava de diversos dispositivos e práticas para moldar um jeito certo de ser professora. No Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, as alunas deveriam aprender a viver nos limites do caráter cristão, portanto a elas era ensinado como se portar, falar, a terem gestos e olhares modestos e decentes, a se vestirem adequadamente e ter formas apropriadas de caminhar e sentar. Diante dos males do mundo, aquela que ficava além dos muros, era necessário estar bem munida de virtudes capazes de derrotar qualquer vício. Além disso, era preciso aproveitar os talentos que Deus deu e que um dia pedirá conta.

Diante do contexto social e político da época, o educandário tinha uma preocupação em torno da educação de suas alunas, na qual a rigidez e a disciplina eram muito marcantes nessa instituição. A elas caberiam refletir em seus lares ou aonde quer que andassem os preceitos e valores aprendidos no colégio.

Para o relacionamento em casa, nos relacionamentos com seus pais, irmãos [...], havia muitos conselhos para que não se perdessem os preceitos aprendidos no internato. Mesmo porque era bom que os pais percebessem o quanto o colégio estava cumprindo bem seu objetivo, educar com esmero suas meninas. (PILLA, 2017, p. 3074).

Nesse sentido, eram repassados ensinamentos das boas maneiras e das boas virtudes para que, em suas casas e em sociedade, soubessem se comportar, soubessem se mostrar modelos da pureza virginal, seguindo o paradigma de Maria. E um dia quando já esposas e mães deveriam continuar a missão iniciada no colégio, sendo professoras, repassando os ensinamentos aprendidos.

As alunas dos colégios católicos deveriam ter como inspiração e modelo Maria, que segundo a Igreja Católica é o maior exemplo de educadora e de sabedoria e o seu lar foi a “primeira escola das virtudes humanas” (MENDONÇA, 2022). As alunas deveriam, portanto, buscar viver com integridade e fidelidade aos valores da fé, da verdade, entre outros, conforme a palavra de Deus:

Num sólido testemunho de fé-vida, iluminou a infância e a juventude de Jesus, com os exemplos de trabalho, oração, fervor religioso, serviço missionário, partilha, de caridade com os mais necessitados, solidariedade, de compromisso e responsabilidade com os deveres da justiça e comunhão social. Ensinava com amor o Filho de Deus, o Verbo Encarnado, que recebeu dela em sua natureza humana, verdadeira e completa, toda a educação ética, religiosa, cultural, espiritual, do convívio em sociedade, de sua integração cidadã, como servo do Pai, no desenvolvimento global de sua personalidade. Os primeiros passos, as primeiras palavras, as primeiras orações, os conselhos e orientações, a interação dos sentimentos, das tarefas do dia-a-dia, o suporte e o preparo carinhoso da alimentação, na cumplicidade com o "homem justo" e pai adotivo do Salvador. (MENDOÇA, 2022, p. 01).

Portanto, a partir das análises é perceptível a importância do papel do colégio na vida das alunas e da sociedade, na qual estavam inseridas, refletindo conhecimentos, valores, princípios e práticas adquiridos ao longo do processo de ensino aprendizagem, de uma forma dialética. Ocorrendo nas casas uma extensão do ensinamento religioso, pois estas participavam de atividades litúrgicas, seguiam as orientações da Igreja Católica e entendiam que isso era uma ação evangelizadora que fazia parte de sua formação. Sendo assim, tudo isso permitiu ao longo do tempo todo um aparato social de respeito e valorização por esse que formou docentes para trabalharem de forma essencial na educação da cidade de Sousa.

Combinando tradição, autoridade e influência, o CNSA promovendo uma educação humanística, fundamentada em Jesus Cristo e orientada na interação entre fé, ciência e cidadania, reforçou o seu próprio sentimento de prestígio em relação a outras instituições de ensino e assim contribuiu para o estabelecimento do “ethos” católico em seu público escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar à etapa de finalização da pesquisa e tecer considerações a respeito desta é certamente um grande desafio, que ao lado de outros tantos neste caminho, nos ajuda a perceber que novas questões surgiram e poderão ser focalizadas possivelmente em outras investigações.

Por essas razões, nossas considerações finais têm a intenção de apresentar ao leitor uma compreensão mais abrangente, sem esgotar o assunto, discutindo assim algumas observações e interpretações acerca do objeto estudado, haja vista os limites de uma dissertação de mestrado.

Com relação às fontes documentais alocadas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, podemos dizer que atingimos um ponto satisfatório, dentro da realidade possível. Entretanto, não foi possível nos demais arquivos pesquisados encontrar vestígios que contribuíssem de outra perspectiva, analisar o objeto de nossa pesquisa e a formação de mulheres para o magistério no seu seio, o que pode ser explicado pelo período delimitado na pesquisa ser antigo.

Embora o colégio tenha mantido o esforço em manter registros da história do educandário, é corriqueiro nas pesquisas da área encontramos dificuldades em acessar todo o aparato histórico das instituições. Nesse sentido, e devido ao curto espaço de tempo, o estudo limitou-se a investigações dos documentos encontrados. Em que pesem esses obstáculos no acesso aos dados da pesquisa, consideramos que foi possível identificar e discutir as preocupações educacionais emergentes da época; os pontos de interface entre instituição e sociedade, religião e educação na formação feminina para o magistério no período delimitado.

Compreendendo que pesquisar uma instituição escolar não é tarefa fácil e que vai muito além de narrar fatos, julgamos que para entendê-la se faz necessário ligá-la à sociedade, ao contexto histórico, cultural e político na qual essa se insere. Uma vez que esta não é uma instituição isolada e sim fruto das relações dialéticas entre ela e o meio, o que possibilita a construção da sua identidade enquanto espaço educativo, na qual diferentes grupos exercem influências na organização e transmissão de práticas e saberes.

Portanto, a respeito do objetivo inicial e geral desta pesquisa, julgamos que o processo histórico de implantação e fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

esteve atrelado ao contexto da modernidade difundido a época no Brasil e as fortes ligações entre a sociedade elitizada sousense e a Igreja Católica. Contexto e ligações estas que repercutiram diretamente nos ideais de formação educacional da mulher.

Diante das mudanças políticas, sociais e culturais, pelas quais o Brasil passava durante o período republicano, houve uma intensificação entorno do papel da mulher como educadora eximia, que deveria então ser instruída para bem formar o novo cidadão. Todavia, essa instrução não deveria ultrapassar os limites do lar ou causar qualquer dano a ordem social. Enfatizando assim, a necessidade da instrução das mesmas, para que essas conseguissem cumprir com os desígnios que lhe cabiam, assumindo a tríade de boa mãe, esposa e dona de casa.

Quanto à participação da Igreja Católica na educação feminina, mesmo com a separação oficial entre ela e o Estado desde a Constituição Brasileira de 1891, e os constantes embates com os liberais, em linhas gerais, isso não significou a saída de cena dela nos primeiros vinte anos de República. As mudanças sociais e ações da Igreja, no mundo e no país, permitiram a sua reestruturação, alçando-a à cena pública ao lado das autoridades estatais.

Uma das estratégias da Igreja Católica, no intuito de recristianizar a sociedade, se deu mediante a recuperação do controle do sistema educacional, o que também era de interesse da elite conservadora brasileira. E é nesse bojo que entram as preocupações acerca da educação feminina. A criação de colégios católicos foi imbatível, ganhando o apreço e apoio das classes dominantes. Permitindo assim, que a Igreja Católica imprimisse modos de ser e de pensar, de maneira a conformar seus projetos de recuperação e manutenção de poder e assim oferecer uma educação perpassada por valores morais e religiosos nas instituições por ela dirigidas.

Paralelo a isso, ao buscar pelo processo histórico de surgimento e desenvolvimento do CNSA, podemos constatar que os constantes pedidos para a instalação de uma instituição religiosa na cidade de Sousa, partiram da população mais abastarda da cidade, que mantinha estreita ligação com a Igreja e seus representantes e desejavam que suas filhas fossem educadas nos princípios e valores cristãos católicos. Portanto, após mediação de Pe. João Cartaxo Rolim, visita e aceitação da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus para administrar o educandário, e colaboração financeira da elite sousense, dá se início a instalação e logo mais a fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

O velho casarão, situado no centro da cidade, foi doado pela importante família Mariz à Igreja, para que este servisse à causa educacional. Nele já haviam funcionado a Casa de Caridade do Pe. Ibiapina e o Colégio São José. Sendo assim, o mesmo foi então reformado e mobilhado, dando início as suas atividades educativas no ano de 1958.

Para além dos objetivos propostos, nossa proposta de investigação pretendeu identificar os tipos de ensino, a composição social do corpo discente do CNSA, composição pedagógica e curricular do colégio, e os aspectos de sua cultura escolar. Assim, identificamos que o educandário funcionava sobre regime de internato, externato e semi-internato e atendia as filhas das classes mais abastadas da sociedade local, porém ofertava bolsas ou em troca recebia favores daqueles que não pudessem custear os estudos de suas filhas. Contando com 05 salas de aulas, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora oferecia o ensino primário, ginásial e pedagógico, desenvolvendo as suas atividades com base em uma sólida educação moral, religiosa e cívica.

Conforme o levantamento dos estudos empreendidos nesse âmbito, os colégios confessionais católicos fizeram parte de um atrativo espaço de formação para moças das classes mais abastadas, pois veiculavam os saberes socialmente aceitos para seu gênero e classe, transmitindo valores e preceitos religiosos e morais, ao lado da formação cultural almejada.

Diante disto, constatamos que os programas de ensino adotados pelo colégio obedeciam aos dispositivos educacionais vigentes da época. No entanto, o CNSA também adotava seus próprios programas, oriundos da congregação a qual pertenciam, contribuindo assim para a manutenção da formação “ideal” da jovem moça cristã. Com uma proposta pedagógica “Evangélica Libertadora”, as alunas recebiam formação educacional, religiosa, moral, cívica e uma formação para o lar, com atividades domésticas como: cozinhar, costurar, cuidar da casa, do marido, aulas de puericultura, entre outras.

A rigidez, ordem e disciplina eram características desta instituição, a juventude feminina que compunha o colégio deveria a todo momento demonstrar um bom comportamento moral, ético, cívico e cristão dentro e fora do educandário. Ademais, as alunas eram estimuladas a participarem das atividades e momentos religiosos não só no colégio, mas como na paróquia e nas ações da Igreja.

Foi possível perceber que, a formação cultural estava intimamente ligada à instrução religiosa e moral, importantes componentes da proposta desse colégio e de outras tantas instituições católicas. Maria era o protótipo do ideal de mulher, pura, recatada, virgem, que deveria ser seguido e apreciado pelas alunas. Esta deveria ser referência para as jovens formandas professoras, pois para a Igreja, quem seria melhor do que Maria, que foi capaz de educar o próprio filho de Deus?

Apesar de ser uma instituição profissionalizante para o magistério, os conhecimentos relacionados ao matrimônio e à maternidade tinham lugar cativo na educação deste educandário, uma vez que podem ser explicados pelos preceitos católicos pregados, cujo destino esperado para a mulher seria de esposa e mãe, vocações “inerentes à condição feminina”.

Destarte, acreditamos que o prestígio perante a sociedade sousense que o colégio havia conquistado desde sua instalação na cidade em 1957, e que era continuamente representado nos relatos escritos pelas Irmãs, buscava ser mantido por meio de suas práticas escolares, culturais e sociais, principalmente naquelas que eram visivelmente expostas à sociedade, como nos eventos, apresentação pública das alunas e nos uniformes.

Diante dessas considerações, percebemos que ficaram algumas lacunas que podem servir de ponto de partida para outras pesquisas, como por exemplo, seria interessante abordar e aprofundar uma análise do corpo docente que efetivamente trabalhou no magistério naquela época, sua formação, sua relação com a Igreja ou não relação, isto é, que parcela era leiga e que parcela deste era religiosa?

Tendo em vista todas essas observações, finalizamos este estudo, com a compreensão de que o processo de implantação e fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora entre os anos de 1957 e 1958 esteve relacionado com uma realidade política, social e cultural da sociedade, na qual intensificou a necessidade da formação educacional da mulher.

Com efeito, esta pesquisa contribuiu para a reflexão e o entendimento das relações e orientações pedagógicas sob a influência histórica da instituição educativa católica, na instrução e construção de uma identidade que foi se consolidando historicamente na população sousense, revelando que o tipo de formação destinado e a proposta geral de educação, com finalidades relacionadas a uma classe e gênero específicos, compõem práticas escolares, culturais e sociais de prestígio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, T. B. de.; FERREIRA, L. H. **Paradigma Indiciário: abordagem narrativa de investigação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e74451, 2021.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

ALMEIDA, Jane soares de. **Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres?** São Paulo, Autores Associados, 2007.

AMARAL, C. C. G. **Fundamentos de Economia Doméstica: perspectiva da condição feminina e das relações de gênero**. Fortaleza: Editora UFC, 2002. 75p.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)**. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BARLETTA, J. M. (2005). **Arquivos ou museus: qual o lugar dos acervos escolares?** *Revista Brasileira de História da Educação*, 10, 101-122.

BARRA, V. M. L. (2007). **Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário, utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino**. *Revista Brasileira de História da Educação*, 14, 16-37.

BARROS, José D'Assunção. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier**. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D' Assunção. **Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584.

BENCOSTTA, Marcus Levy A. **A História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (org.) **A História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, pag. 95 – 140.

BITTENCOURT, Agueda. **Dois políticos e seus projetos**. In: CICLO DE ESTUDOS TRISTÃO DE ATHAYDE. **De encontros e desencontros: Alceu Amoroso Lima e Anísio Teixeira em torno da Educação Nacional**. São Paulo, 2015, SESC São Paulo.

BUFFA, Ester. **Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas**. In: NASCIMENTO, et. al. (Orgs.), **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**, Campinas – SP: Autores Associados, 2007. P. 151 – 164.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: EdUFSCar, INEP, 2002.

BURKE, P. (Org.); trad. de Magda Lopes. **A escrita da História: novas perspectivas** - São Paulo: Editora UNESP. 1992.

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **“Coisas velhas”: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. Editora UNESP. São Paulo, 2000.

CARDOSO, C. F. (2003). **Sociedade e cultura: comparação e confronto**. Estudos Ibero-Americanos, 29(2), 23-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2003.2.23969>>. Acesso em: 3 de agosto de 2021.

CARMINATI, Celso João & SILVA, Aldemir Barbosa da Silva. **O PAPEL DA REAÇÃO CATÓLICA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO NOS TEMPOS DE CAPANEMA (1934-1945)**. Revista Contrapontos | Eletrônica | Vol. 19 | Nº 1 | Itajaí | JAN-DEZ 2019. Disponível em: <www.univali.br/periodico>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

CELLARD, A. A Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Cfr. Ireneu de Lião, III, 22,4. Paulus, SP, 1995, pgs. 351-352. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/a-influencia-de-eva-e-de-maria-na-mulher-na-doutrina-patristica>>. Acesso em: 8 de maio de 2022.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. Av. v.5, n. 11. São Paulo Jan./Apr. 1991.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Editora Difel, 2002.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora**. Educ. rev. 30 (2), Jun 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982014005000002>>. Acesso 9 de julho de 2021.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. **“Respirando a Piedade Cristã”: Considerações sobre o espaço escolar católico: A Escola Normal de Sant’Anta (1947 – 1960)**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (org.) **A História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, Pag. 192 – 219.

COELHO, Claudio Marcio & ROMERA, Edison. **Reação católica e ‘questão religiosa’ no Brasil Republicano**. Estudos de Religião, v. 30, n. 3 • 111-128 • set.-dez. 2016 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078

CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração sobre a educação cristã. Gravissimum Educationis, 1965**. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-

[ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html](#)>. Acesso em: 20 de março de 2022.

CORRÊA, N. C. B.; FERREIRA, J. de L. .; LIECHOCKI, B. K. **História de vida e formação de professores: uma pesquisa do tipo estado da arte**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 11, n. 00, p. e020024, 2020. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v11i.8513. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8513>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

114

CURY, C. E.; ANANIAS, M. **A escola pública de instrução primária brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 54, p. 115–127, 2014. DOI: 10.20396/rho.v13i54.8640172. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640172>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DÁRIO, Rafaela Pereira. **Nos caminhos do progresso, nas veredas da modernização: representações da cidade de Sousa – PB** / Rafaela Pereira Dário. João Pessoa, 2012. 140 f.: il. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCLH. História Regional. Historiografia.

DIAS, Amália. **Apostolado cívico: a função social do magistério de ensino secundário (1931-1942)**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 8, n. 15, janeiro/julho de 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo – UPF Editora, 2000.

FERRAZ, Augusto. **Além do Rio – Uma fotografia da Paisagem Urbana**. João Pessoa: AGT Produções, 2012.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes Que Ninguém Conte**. João Pessoa: A União, 1986.

GATTI JUNIOR, Décio; OLIVEIRA, Helena, M. M. **História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico**. Cadernos de História da Educação. V. 1 n° 1 jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310/302>>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

GATTI JUNIOR, Décio; OLIVEIRA, Sandra Maria de. **A reação católica e a formação de professores no Brasil: os manuais disciplinares Noções de Sociologia e Educação (história da pedagogia). Problemas actuaes das Madres Peeters e Cooman (1935-1971)**. Rev. Bras. Hist. Educ., 18, e 041 2018. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e041> e-ISSN: 2238-0094.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

IWAYA, Marilda. **Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação de Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940 – 1960)**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e memória**. Trad.: Bernarda Leitão (et al). 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

LOPES, Tania Maria Rodrigues. **Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico- comparada** / Tania Maria Rodrigues Lopes. – 2015. 226 f.: il. color., enc.; 30 cm. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015. Área de Concentração: História da educação comparada.

LEONARDI, Paula. **Educação e catolicismo**. Pensar a Educação em Revista, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out-dez/2016.

LÔBO, Yolanda Lima. **A escola Normal da Corte: Tensões entre a realidade e o proclamado**. In: CHAVES, Waidenfeld Miriam. LOPES, Sonia de Castro. (Orgs.) **Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)**, Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009. P. 83 – 102.

LOURO, Guacira. L. **Gênero e, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A., **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U. 1986.

MACHADO, Charliton J. dos S. **Mulher e educação: história, práticas e representações**. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

MACHADO, Charliton J. dos S; NUNES, Maria Lúcia da S; MENEZES, Cristian S de. A mulher e a educação: pelos fios da memória. In: MACHADO, Charliton J. dos S; NUNES, Maria Lúcia da S. (Orgs). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. Vol. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

MAGALHÃES, Justino. **Comunicações: Contributo para a História as Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo**. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade doMinho, 1996.

MAGALHÃES, Justino. **A instituição Educativa na modernização local: perspectiva histórico-pedagógica**. Rivista di storia dell'educazione, 1/2018, pp. 41-55 ISSN 2384-8294 – Doi 10.4454/rse.v5i1.130

_____, **A construção de um objeto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto: a investigação em história das instituições educativas**, Porto Alegre: Educação Unisinos, Vol. 11, nº 2, maio/agosto, 2007.

MELLO, J. O. de A. **História da Paraíba-Lutas e Resistências**. 5ª ed. João Pessoa: Editora Univesitária, UFPB, 79. 1997.

MENDOÇA, Padre Luiz Cláudio Azevedo de. **Maria: Modelo de educadora na sabedoria e no amor**. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-02/maria-modelo-de-educadora-na-sabedoria-e-no-amor.html>>. Acesso, 20 julho de 2022.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares**, In: NASCIMENTO, et. al. (Orgs.), *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*, Campinas – SP: Autores Associados, 2007. P. 31 – 38.

MUNHOZ, F. G. (2018). **Para além das prendas domésticas: a trajetória da mestra Benedita da Trindade no magistério feminino paulista**. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18, e 036.

NEVES, V. A.; SILVA, V. M. **Educação, Igreja e Estado Novo (1937-1945): Ensino secundário confessional na Paraíba**. *Inter-Ação*, Goiânia, v.44, n.2, p. 358-371, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i2.56897>.

NICOLETE, J. N.; ALMEIDA, J. S. de. **Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940)**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 203-220, set. 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.50841. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/k7hXR65Jck6DcfbsLbZhby/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

NORONHA, I. L. A. A REVISTA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO: VOZ DE SANTA TERESA (1957-1967). **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 24, n. Especial, p. 163–176, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/26278>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

NÓVOA, Antonio. **O processo histórico de profissionalização do professorado**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991, p.9-32.

PAULILO, A. L. (2019). **A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação**. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e065>

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim – **Educação feminina e civilidade cristã**. PUCPR, 2017. Disponível em: <<https://silo.tips/download/educaao-feminina-e-civilidade-crista>>. Acesso em 12 de abril de 2022.

PORPINO, P. G. C de Andrade; MACHADO, C. J. dos Santos **“A mulher vai mandar”: a presença feminina na imprensa paraibana entre 1960-1964.** In: **Rev. Pemo**, v.4, n. 4, p. 1-17, DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.3918>. Acesso em 15 de maio. 2022.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal.** (Coleção educação contemporânea: Série memória da educação). São Paulo: Cortez, 1981.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937 / Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa. – Franca: [s.n.], 2011, 286 f.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n. 1, 2009.

SANFELICE, José Luíz. **História das instituições escolares,** In: NASCIMENTO, et. al. (Orgs.), **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica,** Campinas – SP: Autores Associados, 2007. P. 75 – 90.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares: conceito e reconstrução histórica,** In: NASCIMENTO, et. al. (Orgs.), **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica,** Campinas – SP: Autores Associados, 2007. P. 16 - 34.

SILVA, Aurení Maria da. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA NA PARAÍBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.** 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

SILVA, É. K. T. da; ARANTES, A. S. **Representações sociais sobre a feminização do magistério na imprensa pernambucana (1885- 1915).** Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, abr. 2021.

SILVA, Marcelo Gomes da. **“Um manifesto à mulher brasileira”: grupo feminino de estudos sociais e atuação das mulheres na imprensa.** Revista Práxis Educacional, 2020b, v. 16, n. 38, p. 66-87.

SILVA, Vívía de Melo; RODRIGUES, Melânia. M; LIMA; Niedja M.F; SOUSA, Pâmella T. A. Ofício: professora – notas sobre a Escola Normal Estadual de Campina Grande. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme Batista; MÜLLER, Meire Terezinha. **Educação e Trabalho na Paraíba.** Fortaleza: Editora EdUECE, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais.** In: Congresso Brasileiro De História Da Educação, 1, Anais. Rio de Janeiro: SBHE, 2000.

VILLELA, Heloisa. **O mestre-escola e a professora.** In: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia; FARIA FILHO, Luciano M. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: cultura escolar primária, escolarização da infância no Brasil (1893 a 1971)**. Campinas, Mercado de Letras, 2006.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. **Estado, Igreja Católica e a educação feminina: O papel estratégico da Escola Doméstica no Território Federal do Amapá (1951-1964)**. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)**. Fernanda Ros Ortiz. – Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014.

FONTES

ARQUIVOS CNSA

Agenda escolar. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sousa - PB, 2008.

Cartilha Sousa: ver, amar e sentir. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 3º Ed. Sousa - PB, 2014.

Estatuto. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sousa - PB, 2022.

Proposta Pedagógica. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sousa - PB, 2022.

Regimento Interno. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sousa - PB, 2022.

Revista Comemorativa dos 50 anos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sousa PB: Edição Comemorativa Jubileu de Ouro 50 anos. 2008.

Revista Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus. Edição Comemorativa de 80 anos (1923-2003). Sousa-PB, 2003.

Site oficial do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Disponível em: <https://cnsasousa.com.br/>. Acesso em: 7 de março, 2022.